

UMA INTRODUÇÃO A POBREZA DAS NAÇÕES
- MYRDAL, O SUBDESENVOLVIMENTO E A AMÉRICA
LATINA -

FERNANDO PEDRÃO

1990

Fa. Ciências Co. UFBA ↓
3491189 Biblioteca 20/11/17
<u>10116</u>
20100

339.46
P371i
ex.4

Doação de Prof. Pedrao.

7.28104193

Índice

Introdução

1. A referência wickseliana
2. A proposta do "Drama asiático"
3. Em defesa de uma sociologia da economia do desenvolvimento
 - 3.1. Antecedentes teóricos
 - 3.2. Os motores da desigualdade
 - 3.3. Aspectos do problema na América Latina
4. Temas de maior interesse para os países latino-americanos
 - 4.1. O enfoque regional
 - 4.2. Os juízos de valor
 - 4.3. Estrutura da análise socio-econômica
 - 4.4. As relações econômicas internacionais
5. A valorização dos recursos humanos
 - 5.1. A orientação do estudo dos recursos humanos
 - 5.2. Os recursos humanos e o aproveitamento dos recursos naturais
 - 5.3. Desemprego e subemprego
 - 5.4. A utilização de trabalho na agricultura
 - 5.5. A utilização de trabalho na indústria
 - 5.6. A qualidade da população
6. As diferenças de condições iniciais
7. O reordenamento do debate
8. O drama latino-americano: a negação na mudança

Notas

Bibliografia

" Em minha concepção da ciência econômica e de seu desenvolvimento, um suposto implícito é que em cada período tende a haver um corpo de enfoques e teorias que dominam a cena, apesar de que sempre há rebeldes, aberratórios e ocasionalmente eloquentes"

" Mas o conformismo de vez em quando é quebrado. Uma crise destas implica no desestabelecimento do estabelecimento, até que uma nova ortodoxia tem lugar. O resultado é um desenvolvimento que tende a ser cíclico. A crise e a subsequente mudança de enfoque de pesquisa normalmente não são um simples desenvolvimento autônomo de nossa ciência, mas são causados pelas forças externas de mudança na sociedade que estamos estudando e onde vivemos como participantes".

"A assim chamada revolução keynesiana em minha opinião não foi tanto o efeito de um livro e da proliferação de outros livros e artigos na onda que ele criou. Estas manifestações literárias de não conformismo foram impelidas e ganharam importância de mudanças políticas e econômicas na sociedade..." "mais o amadurecimento ao mesmo tempo de tendências vigentes de mudança de organização no mercado de trabalho e na estrutura de poder político..."

Gunnar Myrdal " Against the stream:critical essays on economics" Random House, N.Y., 1973 (tradução livre)

Introdução

A origem deste trabalho foi o debate sobre o significado social da teoria e da política econômica que teve lugar no contexto da análise do desenvolvimento realizada na América Latina, na crise em que ela se encontrava em 1970. As propostas iniciais da CEPAL tinham sido ultrapassadas pelos acontecimentos: entre a reação do conservadorismo econômico e a insatisfação das correntes que demandavam maior consistência com a experiência histórica havia uma forte pressão para a renovação da interpretação da realidade latino-americana. Neste contexto Raul Prebisch liderou uma equipe do Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social - de que fez parte este autor - com o propósito de gerar um documento que captasse as tensões do debate teórico e refletisse melhor a pluralidade de experiências nacionais.

No plano teórico contava-se com contribuições novas sobre os processos de dependência e de marginalização em seus vários níveis e aumentara muito o conhecimento factual dos países da região, pela própria acumulação de experiência em trabalhos de campo. Algumas contribuições significativas no campo da sociologia e da antropologia somavam-se a certo fortalecimento da percepção crítica das questões latino-americanas e maior capacidade para comparar com experiências de outras partes do mundo. E isto ia em paralelo com o fortalecimento da análise de fundo marxista. Mas havia algumas limitações decisivas: a dificuldade para tratar sistematicamente - e para expurgar - algumas propostas pouco fundadas de análise; e uma inegável dificuldade para tratar com a pluralidade de experiências nacionais, onde se acentuavam os contrastes, entre o recrudescimento das ditaduras e a revolução cubana. Mais que nunca tornava-se necessário processar rapidamente o material teórico e o conhecimento empírico disponíveis, voltar às propostas iniciais identificadas com a análise do desenvolvimento.

A incorporação da contribuição de Myrdal significava injetar nesta discussão uma linha de trabalho com certa afinidade com a da CEPAL mas que pertencia a uma corrente de pensamento surpreendentemente pouco conhecida nesta parte do mundo, dada a proximidade de experiências no âmbito das Nações Unidas e o interesse que diversos círculos latino-americanos tinham pelo trabalho de Knut Wicksell. Mas a incorporação da contribuição do "Drama asiático" significava o reconhecimento de toda uma linha doutrinária heterodoxa que surgira antes da "Teoria geral" de Keynes e que continuava como uma vertente de crítica da análise e da política econômicas que são de inegável interesse para os países periféricos.

Assim, a leitura do "Drama asiático" enseja uma revisão de alguns critérios fundamentais da análise social, tais como a questão de valor (no sentido de valorações), o substrato cultural ligado a valores e a explicação de políticas e uma percepção sociológica da análise econômica levando a uma rejeição sistemática de dogmatismos.

Mas o "Drama asiático" nunca foi muito lido na América Latina. Com a intensidade dos acontecimentos ocorridos

desde então pode ter caído no esquecimento antes de ter sido analisado. Mas é uma obra muito utilizada - principalmente por suas contribuições práticas - através de leituras de segunda mão, sem que suas principais teses tenham sido examinadas.

A revisão da versão original desta monografia é parte de um esforço de retomada de linhas de trabalho que em certo momento ligaram o planejamento a longo prazo com um interesse no tema da distribuição da renda e da pobreza. A redução dos estudos de distribuição aos da distribuição inter-pessoal, com o concomitante abandono do estudo da distribuição entre grupos e regiões, significou o abandono das discussões dos problemas de formação de poder na política econômica, uma atitude que certamente reflete uma onda de conservadorismo da análise. Discutir a distribuição, como estudar a realização do lucro são aspectos de uma explicação mais realista do significado social do padrão de formação de capital. E esta é uma questão que não pode ser relegada sem que a análise econômica perca a capacidade para captar a atualidade do processo econômico. Por todas estas razões vejo esta monografia como peça de um debate que pode estar recomeçando, que para isto deve ter a competência de resgatar e criticar suas etapas anteriores.

O trabalho toma como referência central o "Asian Drama" de Gunnar Myrdal (Random House, New York, 1968) mas refere-se ao conjunto das obras desse autor e alguns textos de análise social, teórica e prática, que estão mais diretamente ligados ao debate aqui suscitado.

1. A Referência Wickselliana

Para entender a trajetória e o significado do trabalho de Myrdal convém partir da identificação de uma linha de preocupações com a responsabilidade social da teoria e com os consequentes compromissos com uma colocação pertinente - expressão de Myrdal - e de sua relação com outras ciências sociais. Corresponde a uma postura cujas raízes estão em Wicksell, tornando necessária uma nota sobre sua obra e sobre sua influência na trajetória de Myrdal. É um nexo fácil de traçar pela leitura de alguns dos textos de Wicksell, de Erik Lindahl e do próprio Myrdal.

Uma visão geral desta postura nos é dada por Lindahl em sua introdução aos "Selected papers on economic theory" de Wicksell (1). Descreve ali o duplo engajamento de Wicksell com a precisão conceitual da teoria econômica e com problemas sociais concretos, como para ele sempre foi essencial a responsabilidade social da teoria. Assim, distinguem-se (a) o engajamento com a participação cotidiana em questões de interesse público, (b) a responsabilidade social da tributação, (c) a discussão do controle da natalidade, (d) a emancipação da mulher e (e) a liberdade de pensamento.

As palavras do próprio Wicksell na introdução de suas "Lectures on Political Economy" (2) expõem que "... o mais importante certamente é a distribuição da propriedade, tanto como a posse da terra ou um monopólio excepcional de qualquer tipo necessariamente exclui outros daquela terra ou daquele monopólio. Os interesses econômicos nacionais e os privados então não coincidem, e surge a seguinte questão a ser seguida: em outras palavras, qual dos dois interesses em conflito deve ser preferido como contribuindo mais para o bem comum. A resposta desta questão é o dever social e prático da economia política, e pode-se dizer que a definição da economia política como ciência prática é a teoria da maneira de satisfazer as necessidades humanas que dá a maior satisfação à sociedade em seu conjunto, tanto em relação com as gerações futuras como com as presentes. A atual organização individualística da sociedade, tanto quanto socialmente justificada, deve então ser vista como um meio para alcançar aquele fim". Prevalece, portanto, o interesse social. Fiçam as dificuldades técnicas para defini-lo, para tratar com ele, para encontrar modos justos de atendê-lo.

Está claro portanto que há uma questão de sentido de finalidade no trabalho teórico que implica num compromisso com a capacidade explicativa do real, assegurada a liberdade do trabalho teórico para realizar-se com o necessário rigor formal. Aí surge o outro lado da questão: o modo como a economia se move entre as demais ciências, sua capacidade para entender-se com elas e para aprender com elas. Lembramos que a teoria econômica continuou trabalhando com uma concepção de análise comportamental que ignora os condicionantes culturais e de diferença de renda no comportamento das pessoas como indivíduos ou como integrantes de núcleos familiares de que não podem se abstrair. Lembramos que a atual economia positiva trabalha com uma universalização dos comportamentos, que

por definição exclue o substrato socio-antropológico da análise, bem como ignora os efeitos dos progressos da psicologia, da história na análise econômica.

Voltamos a Wicksell, agora em seu ensaio "Ends and means in economics"(3): "Assim, a economia sistemática não pode ser desconsiderada no círculo das ciências, nem pode ela própria desconsiderar o apoio disponível". E em outro parágrafo: "O que eu já disse torna suficientemente claro que a história econômica e as estatísticas são de imensa importância para a economia. São realmente seus auxiliares mais importantes. A história em particular tem a tarefa iluminadora e excitante de ensinar-nos a compreender a ordem existente de coisas, e mostrar-nos como certas instituições ultrapassadas ou costumes, que agora parecem completamente irracionais, foram alguma vez completamente justificados, em diferentes condições"(4).

Com "Valor, capital e renda"(1893)Wicksell deu um desdobramento da estrutura de análise da escola austríaca, procurando integrar a teoria do capital de Bohm-Bawerk com uma revisão da teoria da moeda: ao substituir a teoria quantitativa da moeda por uma teoria baseada em preços relativos abria caminho para uma revisão da posição do governo no processo social de distribuição. Consequentemente revisou a teoria da renda, levantando algumas questões que com o tempo se tornaram imperativas para explicar o funcionamento de economias em que se acelera a capitalização. Diz: "Por outro lado não é certo dizer, como faz Bohm-Bawerk, e tentar excluir os meios de melhoramento do solo, já que eles "cresceram junto" com a terra, da esfera do capital. Do mesmo modo, melhoramentos tais como a fertilização e coisas semelhantes serão suficientes apenas por algumas colheitas e devem subsequentemente substituir o capital investido depois de algum tempo, fazendo parte do capital integrado na agricultura, tais como ferramentas, trabalho, animais de tiro e animais produtores de alimento". Mais uma vez aí encontramos a combinação do esforço pelo rigor da análise com a preocupação com a aplicabilidade da teoria no plano prático.

Por tudo isso a principal referência da obra de Wicksell é Bohm-Bawerk, com cuja teoria do capital teve que lutar para chegar à identificação de sua própria contribuição teórica. Esta aparece no primeiro volume de suas "Lições de Economia Política" (2ª ed. 1911), onde ele empreende uma apresentação conjunta dos problemas de produção e distribuição. O centro da questão aí é a determinação conjunta dos preços e dos salários atingindo simultaneamente o ritmo de inovações tecnológicas e de uso de capital. A teoria da moeda é o complemento necessário do anterior. Será através da análise do valor de troca da moeda que Wicksell completará a estrutura de seu pensamento teórico. Assim o fator tempo é fundamental na montagem dessa proposta teórica tão próxima da problemática econômica atual. A correlação entre o tempo na formação do produto e na formação da taxa de juros é o traço fundamental da análise que procura mostrar como o controle da variável monetária é parte do movimento da esfera real.

O legado de Wicksell aparece com muita força em dois dos primeiros trabalhos de Myrdal, que são muito reveladores de sua posição sobre a progressão da teoria econômica e sobre

os aspectos institucionais do funcionamento dos sistemas econômicos. São eles "O equilíbrio monetário" (1939) e "O elemento político no desenvolvimento da teoria econômica" (originado em 1928 e publicado em inglês em 1953) ambos valorizando a leitura crítica da teoria e submetendo-a à prova da aplicabilidade.

O "Equilíbrio monetário" contém fortes críticas à onda keynesiana, que devem ser atribuídas aos requisitos wicksellianos de clareza e à questão da identidade da poupança com o investimento. Cabem algumas citações "Na teoria dos preços, Wicksell era um aluno de Bohm-Bawerk, a taxa monetária de juros assim definida corresponde à produtividade física marginal do processo de produção" (pp. 39) e adiante "o problema dinâmico propriamente dito concerne ao desenvolvimento de um ponto no tempo a um segundo, a um terceiro e assim por diante. Por os períodos de tempo são de - finidos como intervalos entre dois pontos, torna-se claro que uma análise instantânea não é somente uma preliminar de uma solução completa dos problemas dinâmicos, mas é necessária como uma base para uma análise ulterior destes problemas" (pp.55). E depois de comentar sobre a falta de clareza dos conceitos de Keynes reitera "esta idéia de não identidade entre o investimento e a poupança é de importância fundamental para o conjunto da teoria de Wicksell, e como já tínhamos apontado, evidente para um espírito prático" (pp.95)

O "Elemento político no desenvolvimento da teoria econômica" tem como tema central a relação entre a teoria econômica do valor e o fundo ideológico da teoria; e vê o plano político como a formalização operacional desta relação. Significa uma demanda de operacionalidade da teoria pela qual a teoria para ser prática tem que ser fortemente abstrata e ao mesmo tempo resolver a relação entre a estrutura teórica da economia e a estrutura teórica das demais ciências sociais. Aqui também são pertinentes algumas citações: "A crença implícita na existência de um corpo de conhecimento científico adquirido independentemente de todos os juízos de valor é ingênuo empirismo. Os fatos não se organizam a si mesmos em conceitos e teorias apenas por serem contemplados; em verdade, exceto dentro da moldura de conceitos e teorias não há fatos científicos, mas apenas o caos" (pp.9).

A referência wickselliana leva, em suma, ao tratamento explícito dos problemas de valor na prática social e na formação da teoria. Este é o traço que se torna nítido no "Drama asiático", quando Myrdal precisou reorganizar a análise dos processos econômicos para sua busca de respostas do processo de formação de capital para a sociedade. A questão central é como fará a economia para devolver à sociedade o que tira dela para sustentar o processo de acumulação? Ao perceber que a referência à postura de Wicksell se transforma numa proposta política e internacionalista teremos que ver, adiante, como as propostas de política econômica nacional terminam por constituir a sustentação de propostas de internacionalização igualitária. Estes últimos aspectos constituem o tema de "Solidariedade ou desintegração" (1955) e "Além do Estado do Bem-Estar" (1960) que exploraram a interdependência entre a formação de uma ordem internacional construída sobre os princípios do fortalecimento do poder dos Estados nacionais - com prevalência ao distanciamento dos países mais poderosos e ao egoísmo de todos -

e a universalidade da pobreza e da exclusão social. Os dois trabalhos combinam certa dose de utopia com um humanismo que valoriza a pessoa, bem ao tom do que recomeçou a aparecer com os movimentos do fim da década dos anos 60. Mas é este mesmo humanismo que aparece, circunstanciado na análise de problemas concretos de pobreza, no contexto do "Drama asiático". A discussão explícita de valores reclamada por Wicksell e por Myrdal termina sendo uma proposta de recuperação das conotações ideológicas da política econômica e uma crítica ideológica do planejamento.(6).

2. A proposta do "Drama asiático"

O "Drama asiático" é um estudo de grandes proporções sobre o conjunto dos problemas sociais, econômicos e técnicos enfrentados pelos países do sul da Ásia no momento da desarticulação dos impérios coloniais. Tem, portanto, um compromisso primordial com a oportunidade histórica dos problemas, com o fato de que são estes problemas que acontecem deste modo nesta experiência histórica; "as condições econômicas e sociais dos países do sul da Ásia não são muito diferentes das que existiam antes da desintegração do sistema colonial de poder. A única mudança maior é a acumulação da taxa de crescimento da população" (pp.9). Já aqui ficam registradas sua preocupação com as condições específicas dos processos sociais, sua ênfase no plano institucional e sua adesão ao neo-maltusianismo.

O "Drama asiático" toma a ruptura política da desintegração dos sistemas coloniais como ponto de partida e da formação de novas estruturas políticas nacionais; procura contrastar o quadro de valores transmitido pelo movimento de modernização - representativo do processo do capital na Europa - com o movimento de transformação de valores que ocorre no interior de cada país, representativo da conjunção de sua formação com o choque da expansão do capital. A relação entre o plano político - contendo o da formação cultural - e o plano econômico fica definida, desde o começo do livro como um componente essencial dos movimentos econômicos do capital.

O quadro político é tomado como uma ruptura decisiva na discussão das transformações sociais, em que se conjugam a questão do desenvolvimento, tomado como o oposto da permanência da pobreza. Assume-se claramente que a pobreza não será superada sem uma atividade deliberada do governo para este fim, em que também está claro que o governo deverá mobilizar a sociedade, ou ser parte de uma mobilização da sociedade para transformação de estruturas persistentes. Não se trata em momento algum de uma intervenção pública à la Keynes para manter o padrão de acumulação senão de uma intervenção identificada com um aumento de mobilidade social e uma mudança na distribuição. A modernização é tomada como o oposto do eixo tradição-cultura; e a questão; e o planejamento representa uma ruptura na racionalidade prevalecente nas ações do governo. O quadro político também é fundamental, porque como diz Myrdal "todos os estudos sociais, mesmo naquele plano teórico em que os fatos e as relações causais não são colocadas, estão dirigidos para a política, no sentido em que assumem uma determinada mudança social como desejável" (pp.49). O planejamento aparece como a representação de uma vontade social frente a aqueles problemas inevitáveis: uma forma e uma prática de coordenação. Assim, tanto quanto se declara pro-planejamento Myrdal se reconhece em busca de uma ética renovada dedicada a modos de sociedade que levem à superação da pobreza.

Mas a condição de subdesenvolvimento faz com que o planejamento tenha que enfrentar com maior clareza os problemas de utilização do trabalho na produção. O engajamento de trabalhadores na produção é a preocupação central do "Drama asiático". A grande tese subjacente no livro é a de que não há como dirigir uma economia subdesenvolvida sem planejar; e não há como planejar sem tomar integralmente o eixo de problemas, emprego, remuneração dos trabalhadores. A quarta e a quinta partes do livro são dedicadas, respectivamente, ao planejamento, aos problemas de utilização de trabalho no processo produtivo, considerando o potencial de trabalho representado pelos trabalhadores e o trabalho que eles efetivamente realizam. Supostamente se o planejamento reflete a capacidade da sociedade para dirigir-se racionalmente não há como ignorar que a análise do planejamento deve ser uma análise institucional, ou em todo caso uma análise capaz de captar a estruturação institucional e as substituições que ocorrem neste âmbito.

Assim é necessário revisar em que consiste a análise institucional. Não pode ser uma análise descritiva das instituições, ou que as trate como produtos de processos insólitos. Esta análise deve explorar os efeitos das mudanças no quadro institucional na organização e no funcionamento dos sistemas produtivos dos países subdesenvolvidos. Myrdal tentou captar a especificidade do Terceiro Mundo pela novidade de sua experiência com a modernização do capital industrial, diferente dos países europeus. Mas em momento algum identificou desenvolvimento com industrialização. Pelo contrário focalizou as interrelações entre as transformações da agricultura e as da indústria e atingiu, repetidamente, os pressupostos da dominância da indústria na expansão econômica moderna.

A visão crítica da teoria é um traço marcante da obra de Myrdal. Significa primeiro uma revisão das questões fundamentais de sustentação da teoria: a questão da teoria do valor, a relação entre as posições sobre a temática da teoria e as propostas de política, a teoria das finanças públicas, (onde Myrdal desenha a relação entre a trajetória do pensamento teórico e político de Wicksell, as contribuições de Lindahl e seu próprio trabalho. Mostra aí um sentido da relação teoria-praxis, em que a postura de justiça distributiva está ligada a uma prática ao nível do cotidiano da política social, o engajamento político direto).

Na visão crítica da teoria entre um poderoso e explícito componente de discussão de método que passa pela revisão dos agregados macro-econômicos e de seu significado, da posição da análise institucional, da análise aplicada, especialmente no relativo a agricultura e a emprego e no tratamento dos elementos subjetivos da análise. A análise social tem um componente subjetivo inevitável, que deve ser explicitado justamente para controlar as tendências ("Drama asiático", prólogo e cap. 2).

A postura teórica que se adote frente ao subdesenvolvimento influirá no juízo que se faça do significado de um trabalho sobre este tema. Myrdal advoga pela consideração sistemática da sociologia do conhecimento, um terreno em que se aproxima das posições de Schumpeter (5); entendia que a validade atual de um trabalho de teoria depende de sua relação com o fluxo anterior de

pensamento sobre a matéria que trata. O "Drama asiático" constitui um retorno à atitude dos clássicos na análise social, tal como declara através da paráfrase do sub-título: "uma pesquisa sobre a pobreza das nações": refere-se diretamente aos fatos e através deles desenvolve a discussão teórica. A revisão das teorias se faz ao longo da discussão de problemas concretos, como contraponto da discussão de questões práticas.

O livro consta de um prólogo que antecipa a situação socio-histórica do subdesenvolvimento e divide-se em sete partes. A primeira é precedida de uma introdução que examina o escopo do estudo, os problemas de valor em que ele implica e a aplicação dos critérios resultantes da problemática estudada. A segunda parte situa política e historicamente a região estudada, com a apresentação de seus problemas econômicos. Na terceira parte apresentam-se os casos de subdesenvolvimento econômico a partir da relação recursos-fatores de produção. De certo modo a segunda e a terceira partes constituem uma unidade no sentido em que até ali serão expostos a nível global, os casos de desenvolvimento que se estuda. A quarta, a quinta e a sexta partes tratam de problemas de planejamento, inclusive da crítica da viabilidade da política econômica frente ao seu marco institucional, e da problemática da utilização de trabalho e de trabalhadores na produção (Trata-se aqui de um enfoque alternativo ao da análise marxista da composição orgânica do capital, que se centra no processo social de emprego). Este último tema, fundamental em toda a estrutura do livro, começa com uma crítica à transferência dos conceitos em que se baseia a análise socioeconômica dos países desenvolvidos para as economias subdesenvolvidas e termina por estruturar uma perspectiva de estudo do desenvolvimento que consiste numa maximização do aproveitamento da força de trabalho. A sétima parte aborda os recursos humanos do ponto de vista da organização social e dos investimentos que lhes são destinados.

O livro se prolonga ainda numa série de ensaios anexos em que se situam as discussões teóricas colocadas pelos problemas empíricos tratados. Abrangem um campo que vai desde o exame de questões de forma até aspectos substantivos da teoria econômica do desenvolvimento e seus correspondentes fundamentos sociais e políticos. Estes ensaios cobrem a maior parte dos antecedentes teóricos do planejamento tal como ele se apresenta nos países subdesenvolvidos. O substrato cultural resultado do processo de incorporação de experiências e substituições na formação das identidades nacionais, ocupa um lugar fundamental nesta qualificação dos usos do aparato de análise econômica. Reaparece de modo explícito nos ensaios anexos. É utilizado para estabelecer os limites de validade e significância dos resultados alcançados. É importante observar que a argumentação cultural e política em Myrdal foi trabalhada como uma linha de análise não ortodoxa que contrasta com mais força com seus primeiros trabalhos, como "O equilíbrio monetário". A reivindicação feita por ele da heterodoxia de Wickseil, e da importância da contribuição desenvolvida nos países nórdicos antes de Keynes, primeiro aparecida no "Elemento político na formação da teoria" atinge também a postura interdisciplinar, em que insiste no "Drama asiático", e numa discussão dos conteúdos culturais, que apareceu explicitamente em "Contra a corrente" (1973).

Assim, podemos considerar que a principal proposta do "Drama asiático" é de uma crítica "prática" da teoria, entretanto sustentada numa visão crítica da própria teoria, isto é, trabalhando as contracorrentes, as dissidências do fluxo central da teoria econômica ortodoxa. O contraste da originalidade das experiências atuais dos países subdesenvolvidos com a formalização de um corpo teórico de validade universal. é um problema central da análise econômica. Em texto posterior - "How scientific are the social sciences?" incluído em "Against the stream" - Myrdal oferece uma resposta: Os problemas sociais são mais difíceis que os das ciências naturais porque "o comportamento humano não é constante, como o dos corpos celestes". A economia enfrenta uma dificuldade adicional, que provém de ter pretendido por tanto tempo ser mais parecida com as ciências naturais e não ter se esforçado o suficiente para distinguir os elementos relevantes e os não relevantes de cada problema. Estas questões metodológicas tornam-se mais pesadas de carregar quando se trabalha com as formalizações matemáticas que tendem a diluir ou contornar as diferenciações qualitativas. E esta é uma questão que terá que ser enfrentada, de um modo ou de outro, no momento em que se trabalha com problemas de desenvolvimento.

3. Em Defesa de uma Sociologia da Economia do Desenvolvimento

3.1. Antecedentes teóricos

A orientação dada por Myrdal à análise contida no "Drama asiático" revela sua atitude frente à natureza do conhecimento científico na ciência econômica e de uma crítica - pertinente segundo sua própria linguagem - das generalizações irrestritas e não confrontadas com material do real. Desta crítica partem duas tendências de seu trabalho: a de revisar os fundamentos da ciência econômica à luz da teoria do conhecimento e a de manter-se sempre em contacto com o real. A coincidência com o método pessoal de trabalho de Marx é grande, a despeito das imensas diferenças no manejo do material empírico, em que Myrdal situou-se sempre naquele plano de generalização que pressupõe a ação constante do Estado nacional. Mas em comum há também um outro aspecto, de primazia ao problema, à problematização implicando no manejo explícito de relações de causalidade, como caminho de superação do empirismo e como referencial na crítica das simplificações infundadas de análise e no absolutismo lógico (7).

Tudo isso atribue uma posição chave na estrutura do "Drama asiático" à crítica dos fundamentos empíricos da teoria, cujos elementos essenciais podem ser representados mais ou menos do modo seguinte: Com referência ao que denominou de "crise de princípios que as ciências sociais experimentam depois de terem passado por períodos de intenso crescimento e de acumulação de informações novas - tal como Ortega y Gasset atribuiu à filosofia (8) - ao destacar a alternância entre períodos de consolidação e períodos de crise. Esta mesma atitude foi tomada por Schumpeter quando separou os problemas de teoria do conhecimento aplicada à ciência social em geral e à ciência econômica em particular, do que chamou de sociologia da ciência, que trata a ciência como um produto social e "analisa os fatores sociais que produzem um tipo de atividade, condicionam sua taxa de desenvolvimento, determinam sua orientação na direção de certos objetivos em vez de outros" (9).

Essas observações estão relacionadas com a possibilidade material de formular ou descobrir leis em ciências sociais cujo emprego possa generalizar-se para tratar de novas experiências. A colocação de Myrdal a favor de uma revisão dos pressupostos de método da teoria econômica, especialmente dos pressupostos políticos e culturais, coincidia com as vertentes da crítica sociológica e filosófica de Frankfurt no relativo à resistência a aquelas hipostasias de método que consistiam atribuir maior rigor ao indutivismo que o justificado pelos âmbitos históricos de análise. Esta posição, marcada sucessivamente por Adorno (10) e por Habermas (11) demandava uma revisão dos procedimentos práticos da análise que a nosso ver são justamente aqueles propostos no "Drama asiático". Esta crítica, que passa pela rejeição de generalização dos comportamentos, portanto, pela reivindicação de uma análise

cultural da formação de classes, vai ao encontro dos problemas teóricos suscitados pelas experiências dos países subdesenvolvidos, especialmente quando eles são projetados numa ruptura externamente deflagrada, como é o fim dos impérios coloniais, ou como é a ruptura do comércio internacional, tal como aconteceu na América Latina no começo dos anos 60 e a meados da década de 70. Que pertinência tem uma teoria que parte justamente do pressuposto de ausência de rupturas, que supõe que o curso da história econômica da Europa ocidental é representativo do curso da história econômica dos países subdesenvolvidos?

O "Drama asiático" contém uma defesa vigorosa da pesquisa econômica diretamente orientada aos fatos, na qual se incluem os antecedentes históricos com que trabalham os economistas. O esforço que realiza para identificar o arcabouço institucional com que operam as economias subdesenvolvidas do sul da Ásia, para compará-las com o arcabouço institucional que está atrelado ao estilo europeu de desenvolvimento, é o instrumento que permite identificar as tendências de comportamento nas sociedades que analisa e que lhe servem de referência em seu trabalho. Cumprem eles a função de ajudar a selecionar as variáveis mais representativas do processo econômico e social e para avaliá-las. Há, portanto, um esforço de análise categorial e apoiado no real, do mesmo tipo daquele elaborado por Adam Smith, cujo questionamento de valores aqui é explícito.

Para Myrdal a questão moral está em toda a teoria econômica, como declara em "Solidariedade ou desintegração" (12): "No fundo da integração econômica internacional existe, como em todas as demais situações econômicas e sociais um problema moral". E esta questão moral não está jamais separada de problemas de poder: "...não se pode esperar que uma liberalização do comércio internacional por si só mude radicalmente esta situação de aberta desintegração internacional, ou esta tendência a uma diferença cada vez mais profunda nos níveis de produção, de consumo e de vida. Por si só um comércio mais livre propenderia a perpetuar a estagnação nas regiões subdesenvolvidas" (pp.13).

Assim, temos uma delicada contradição a tratar, que põe frente a frente a busca de pautas gerais de comportamento, que em princípio poderiam ser atribuídas ao modo capitalista contemporâneo e a necessidade de tratar com relações essencialmente desiguais entre países, em que a especificidade institucional revela diferentes trajetórias de suas respectivas formações sociais. Um dos aspectos mais interessantes do tratamento da questão institucional em Myrdal, que aparece em "Além do Estado do bem-estar", é justamente aquele que correlaciona as propostas de mudança institucional com a especificidade da formação das instituições no quadro de cada processo nacional.

Assim, no quadro de sua análise, mais que noutras propostas de análise, na teoria do desenvolvimento os pressupostos relativos ao comportamento social - e especificamente ao comportamento do capital e do trabalho - são fundamentais, não são para chegar a respostas razoáveis para problemas específicos, se não para reconhecer as questões teóricas e apresentá-las na forma de hipóteses plausíveis. A teoria do desenvolvimento deve acusar as mudanças de comportamento das variáveis portanto as novas condições

históricas de formação da oferta e da demanda e as novas condições de estruturação das relações internacionais.

Ainda no plano das críticas das insuficiências da análise econômica Myrdal assinala diversos casos de pressupostos que foram aceitos durante muito tempo e que não correspondem mais à realidade. Nisto suas posições assemelham-se muito às dos post-keynesianos da primeira hora, ou dos que começaram como colaboradores de Keynes. Joan Robinson notou, por exemplo, que uma das principais debilidades da doutrina neo-clássica está em "tratar o progresso técnico como uma série de choques ocasionais que deslocam a posição de equilíbrio do sistema" (13) e prossegue dizendo que Harrod foi o primeiro a tratar o progresso técnico como uma propensão intrínseca do sistema econômico. Na América Latina encontra-se uma falácia equivalente no tratamento do fator demográfico. Fala-se de uma pressão demográfica excessiva e de uma escassez crônica de mão de obra como se fossem temas independentes, como se a pressão demográfica não fosse precisamente um coeficiente que relaciona consumidores e meios disponíveis para o consumo, como se não fosse paralelamente uma relação entre a população e as mercadorias geradas pelo sistema produtivo.

O principal alvo da crítica de Myrdal é a dificuldade dos economistas para identificar corretamente as causas do comportamento social nos países subdesenvolvidos, um ponto no qual sua crítica devesse deter-se mais na análise da formação e das relações de classe, justamente para superar uma outra abstração já criticada por Marx no tratamento dado pelos Clássicos.

3.2. Os motores da desigualdade

Para Myrdal a essência do problema assinalado como de subdesenvolvimento é a pobreza, entendida como expressão extrema de um processo de desigualdade de condições e de renda. O foco da análise está no significado social da modernização e numa crítica da modernização em sua qualidade de transmissora de progresso. Trata-se de distinguir a desigualdade intrínseca do processo econômico tal como ele se realiza nos países subdesenvolvidos daqueles outros mecanismos que agravam a pobreza, ou que perpetuam o subdesenvolvimento. Trata-se, em suma, de reconstruir a perspectiva do interesse da maioria pobre de cada sociedade nacional, que é o único modo de materializar esta crítica dos interesses do capital. Assim, em termos práticos há dois níveis de análise: o que trata das relações sociais e do quadro de institucionalidade ligado a elas e o que procura explicar a mecânica do processo.

Essa discussão implica numa comparação, às vezes explícita às vezes tácita, entre a percepção ocidental - leia-se, dos países ricos - e a do Oriente post-colonial, em que se julga que se entende por progresso e em que se visualizam perspectivas de mudança a curto, a médio e a longo prazo. A modernização pareceo caminho de uma transferência de modos de funcionamento da produção e do consumo, que é inevitável neste processo. Mas como se realiza a modernização? Myrdal elaborou bastante na discussão dos mecanismos do processo, destacando, em diferentes trechos do "Drama asiático",

a causação circular acumulativa, descrita no apêndice nº 2, e as contradições no uso de trabalho nos principais setores da produção e suas consequências na valorização social do trabalho, seja, na proporção em que os investimentos novos implicam em investimento nos recursos humanos. O estudo desta última parte ocupa toda a 5ª parte do livro e o apêndice 16(14).

A. A causação circular acumulativa. A idéia de causação circular acumulativa decorre de observações sobre o aspecto econômico do processo social, mas tem importantes rebatimentos para as interpretações dos processos cultural e político. Surgiu em substituição da noção de círculo vicioso da pobreza posta em voga por Ragnar Nurkse (14) e em contraposição às idéias, então prestigiosas, de W.W. Rostow sobre etapas do progresso econômico. A idéia de causação circular acumulativa confronta-se com o positivismo rostowiano porque (a) aponta à inevitabilidade de discutir as relações causais dos processos sociais e (b) toma os aspectos de continuidade e descontinuidade dos processos como duas caras de movimentos que só podem ser adequadamente apreciados sobre períodos de tempo histórico, isto é, na forma de processos concretos.

Myrdal fez profissão de fé contra o empirismo dos historiadores saxões que se recusam a sair do âmbito do particular para aventurar-se com a construção de hipóteses sobre a generalidade dos processos de transformação social: "O viés anti-teórico e anti-filosófico de muitos historiadores profissionais, especialmente na Grã Bretanha, que os leva a suspeitar de qualquer tentativa de mover-se do particular para o geral é, no fundo, uma defesa de sua tentativa de permanecer ingênuos acerca dos elementos teleológicos que são a essência do enfoque genético" (pp.1849). Esta postura foi naquele momento também uma antecipação do movimento de aproximação entre contribuições na sociologia e na economia por um lado e na história por outro lado, que se tornaram internacionalmente mais visíveis durante a década de 1970, com uma maior difusão dos trabalhos de historiadores franceses como Braudel, Chaunu, Le Goff e Ladurie (16) e de italianos como Conte e Sofri (17), além da difusão dos efeitos do aprofundamento na leitura de Gramsci por autores como Gruppi e Portelli (18). A experiência da década de 1970 deu munção à posição de Myrdal sobre o papel da interdisciplinaridade como meio necessário para sustentar e fortalecer cada ciência social.

No fundo, para Myrdal trata-se de chegar a um teoria satisfatória da mudança, que obviamente não pode ignorar uma doutrina de classes capaz de captar a heterogeneidade do mundo atual e de fazer a ligação entre a centralização do capital e a alternância entre organização de classes e proliferação de sociedade de massas. Assim, seria inevitável tratar de superar a doutrina do círculo vicioso da pobreza porque ela não se separa do paradigma do equilíbrio que, reconhecemos com Myrdal, está por detrás da preferência pelo particular, pela limitação aos aspectos positivos da análise. Mas ao reconhecer a relação entre a noção de mudança e as condições de renovação do capital Myrdal, sem dizer, trabalha na linha de Marx de tomar as formações sociais como os lugares concretos das mudanças causadas pelo movimento mundial do capital.

Essencialmente, a causação circular acumulativa descreve o mecanismo de interrelação entre sucessivos impulsos de consumo e de investimento, percebidos pelo modo como correspondem à estruturação social e de serem exercidos a partir de estruturas institucionais atuais. Mas de qualquer modo descrevem o sentido da flecha do processo, ou seja, a trajetória implícita do processo de formação de capital. Assim, para Myrdal há um modelo de causação circular implícito na teoria da população de Malthus, já que suas implicações sobre a composição do produto levam, por sua vez, a uma composição dos investimentos. A diferença é que a causação circular passa a ser incluída no arsenal de princípios teóricos que sustentam o planejamento. É por sua inserção na política econômica que a causação circular deverá ser examinada.

B. As contradições no uso do trabalho. No tratamento dos problemas de utilização do trabalho surge uma certa descontinuidade entre a apresentação dos aspectos teóricos do argumento e o reconhecimento das condições históricas específicas da região estudada. Parece-nos que se os problemas de uso de trabalho são considerados como consequentes de condições específicas de funcionamento da economia capitalista não há como escapar do fato de que o tipo de análise proposto por Myrdal - que em todo caso é uma análise externa - mente organizada de uma grande região - confronta duas realidades fortemente diferenciadas - a européia e a asiática - inscritas em dois processos de transformação em que (a) os modos de participação de trabalhadores na produção correspondem a diferentes estruturas sociais; e (b) em que as contradições próprias de cada uma destas duas trajetórias não necessariamente são transferíveis à outra.

Por essas razões o emprego e o subemprego têm diferentes conotações, segundo sejam definidos em um meio ou no outro. Por exemplo, a análise desenvolvida por Myrdal dos usos do trabalho na agricultura tradicional e fora dela pressupõem uma dicotomização entre as duas que (a) ignora os mecanismos de ligação de uma com a outra e (b) não articula a análise da agricultura com a dos mecanismos de subordinação financeira dos programas de produção agrícola (ver caps. 22 e 23). Na medida em que o funcionamento da agricultura periférica compreende segmentos mais ou menos modernos, ao lado de segmentos mais ou menos tradicionais, e em que o funcionamento dos diversos componentes da produção convivem em formas regionalmente organizadas de produção, torna-se inadequado falar de compartimentos agrícolas isolados, ou mesmo de formas de produção que não sejam mutuamente interdependentes (ver, por exemplo, o estudo da CEPAL sobre "Agricultura comercial y agricultura campesina" (19)). Mais ainda, a análise da economia rural que se desenvolveu na América Latina durante a década de 1970 mostrou que as formas de produção dificilmente podem ser explicadas sem considerar as transformações nas condições de mercado .

A mesma crítica aplica-se à análise do uso de trabalho na indústria. Myrdal identificou as diferenças entre indústrias de diferentes tamanhos no modo como elas articulam suas respectivas soluções de política de financiamento, de tecnologia e de uso de trabalho. Registrou as rupturas na pauta de comportamento das indústrias periféricas quando tentam mudar de escala de mercado

e procuram ser internacionalmente competitivas. Mas podemos considerar que a análise de Myrdal combinou uma análise da empresa no relativo às estratégias de mercado e de relações com os governos com uma análise muito mais tradicional a nível de estabelecimento, no relativo a tecnologia. Assim, os diversos gêneros industriais são tomados isoladamente uns dos outros, levando a uma visão fragmentada dos fatos da indústria que (a) impede perceber as interconexões entre os movimentos de aceleração e de substituição de equipamentos; e (b) dificulta perceber os efeitos da progressão dos investimentos industriais na ampliação dos mercados internos nacionais. Este último aspecto, como sabemos, tem sido um importante limitante da análise do desenvolvimento no que ela, por exemplo, continuou separando os condicionantes da substituição de importações dos condicionantes da criação de uma capacidade para exportar. Por isto mesmo ficou no plano daquelas análises industriais que procuram explicar os movimentos des parte da economia como as cifras agregadas deste setor e como uma coleção de fatos técnicos - a análise de insumo-produto - relativos a estabelecimentos industriais.

No entanto Myrdal penetrou em alguns aspectos mais sutis na relação capitalização/emprego no processo de capitalização, especialmente em sua crítica do processo industrial: "as consequências da concentração de competência em empresas intensivas em capital e de larga escala não são, entretanto, uniformemente favoráveis. Esta rota pode servir para acelerar o crescimento da produção industrial. Mas requer um mínimo de perturbações na estrutura institucional estabelecida e um mínimo de difusão de habilidades na mão de obra em seu conjunto... O uso de tecnologias modernas que minimizam o impacto da expansão industrial na economia em seu conjunto, quaisquer que sejam seus méritos em outros aspectos, evadem a confrontação direta com os obstáculos sociais e institucionais que têm inibido o desempenho da economia e perpetuado baixos níveis de uso do trabalho".

Mas em seu conjunto esta análise das contradições no uso de trabalho, com tudo que revela a discussão mais profunda do emprego, não esgota os demais aspectos da subutilização do talento ou da capacidade dos trabalhadores. Este outro aspecto do mesmo tema, que é desenvolvido na 7ª parte do "Drama asiático" - problemas de qualidade da população - aponta à interrelação entre os movimentos no plano institucional e os movimentos no plano da organização da economia para usar trabalho.

3.3. Aspectos do problema na América Latina

Desde a conclusão do "Drama asiático" ocorreram profundas mudanças na economia mundial que alteraram a interpretação que pode ser dada às teses levantadas nesse livro na perspectiva latino-americana. O esgotamento do modelo de financiamento público multilateral, o encarecimento das divisas, o fortalecimento das empresas multinacionais e a divisão do mercado mundial, resultaram em restrições decisivas aos modelos de crescimento das economias nacionais subdesenvolvidas, por ende enfatizando os argumentos

que valorizam a expansão internacional do capital. Ao mesmo tempo as economias latino-americanas entraram num prolongado processo de obstrução de seu crescimento, que contribuiu para perpetuar restrições externas tradicionais, que foram agravadas por uma substancial perda de capacidade dos governos nacionais para conduzir suas relações externas. A virtual perda do decênio de 1980 do ponto de vista do crescimento do produto e da formação de capital significou um agravamento do quadro social da economia. Assim, a leitura dos questionamentos levantados pelo "Drama asiático" leva agora a por mais atenção nas rupturas mundiais do processo do capital, justamente como Myrdal utiliza o contraste das situações de colônia e de ex-colônia para demarcar a conjunção da ruptura institucional com a ruptura política.

Torna-se, portanto, mais importante que antes o confronto dos aspectos conjunturais e dos estruturais da análise e o confronto dos aspectos macro e micro dos movimentos dos agentes da economia. O aumento de escala das operações de cada uma das grandes empresas - e dos grupos econômicos - e o maior compromisso dos orçamentos nacionais com despesas correntes fazem com que o investimento se distribua de novos modos entre os agentes da formação de capital. Assim, a utilização de trabalho e o engajamento de trabalhadores - que são as principais preocupações de Myrdal - estão subordinados a novos jogos de força na organização social da produção. E o componente de trabalho realizado sem garantias formais do governo - o setor ou componente informal da produção - assume novos papéis nos países subdesenvolvidos mais avançados. Destarte, a leitura da análise exposta no "Drama asiático" tem que focalizar no essencial dos processos nacionais, independentemente das pressões criadas neste período.

Em primeiro lugar destaca-se a irregularidade da monetização das economias nacionais, que também toma a forma de grandes diferenças de velocidade de circulação entre setores e regiões em cada país. Isto deu lugar, tradicionalmente, a uma série de mal entendidos e de falácias nos trabalhos de teoria que se apoiam na experiência destes países. Mas a distinção wickselliana entre poupança e investimento é de grande valia para analisar países em diferentes níveis de desenvolvimento sem considerar os compromissos respectivos dos agentes da poupança e do investimento e sem considerar as relações entre eles. Com a pouca diversificação da estrutura produtiva das economias subdesenvolvidas o excedente físico de consumo nelas não significa necessariamente a habilitação de um montante correspondente de investimento por diversas razões, dentre as quais por problemas institucionais na operação destes recursos.

Isso tem sido evidenciado nos diversos obstáculos encontrados para conseguir uma mobilização adequada de capacidade de poupança de seus setores urbanos para investimentos industriais ou para outros tipos de investimento. As razões que comandam os investimentos no âmbito do setor terciário não necessariamente coincidem com as que explicam as decisões de tecnologia e de comercialização da produção industrial. Mais ainda, a realização de uma sequência em cadeia de investimentos em atividades terciárias urbanas geralmente se beneficia de modalidades de capitalização em

recursos humanos que não tem porque retroagir no tipo de acumulação de tecnologia que favorece a realização de investimentos em indústrias de todo tipo. Por outro lado a progressão de investimentos na indústria requer uma continuidade de investimento em tecnologia e uma cultura de uso do tempo que difere claramente da que prevalece na produção rural tradicional e da que se desenvolve no meio do terciário urbano.

Tudo isso exemplifica como o funcionamento financeiro destas economias periféricas semi-industrializadas tem peculiaridades que não podem ser ignoradas nas análises do processo de realização de investimentos. Por isto é pouco provável que as regras de funcionamento das economias plenamente monetizadas possam ser aplicadas a países em processo de monetização. O pleito de Myrdal com a generalização excessiva da análise comportamental atinge aqui outro ponto, de extremo interesse para a explicação da formação de capital na periferia semi-industrializada da economia mundial.

Outra limitação à aplicação dos pressupostos teoria econômica neo-clássica ao subdesenvolvimento latino-americano é aquela que resulta de seus problemas recorrentes de uso de capacidade instalada. As políticas de desenvolvimento voltadas para alcançar a utilização plena da capacidade instalada podem resultar em estímulos à perpetuação de formas de produção antiquadas, que não podem concorrer no mercado internacional, seja, tampouco para suprir o mercado interno a preços compatíveis com o perfil da renda disponível (20). No setor industrial a plena ocupação pode ser uma justificativa na modernização de grupos de indústrias envelhecidas e protegidas por deficiências do sistema de transportes ou cronicamente dependentes do setor público.

Um terceiro aspecto que não pode ser descuidado porque corresponde às economias que experimentam processos inflacionários crônicos, que introduzem modificações da preferência pela liquidez. A preferência por bens e por consumo imediato substitue em grande parte a preferência pela liquidez de empresas, atingindo o perfil de comportamento do sistema bancário. Sob inflação crônica estas mudanças nas condições de operações dos sistemas bancários ampliaram o poder dos bancos que retroalimenta num clima de juros excessivamente altos.

4. Temas de maior interesse para os países latino-americanos

4.1. A visão de mundo

A análise do desenvolvimento implica sempre numa visão de mundo, seja que ela atribua papéis significativos ao Estado e às empresas locais na determinação do processo econômico, seja que apenas reconheça papéis significativos a agentes externos. A proposta de análises que rejeitam considerar a visão de mundo como referencial das análises específicas fica, para bem ou para mal, restringida às teorias do crescimento, mesmo quando levando em conta restrições de distribuição à sustentação do crescimento do produto (21). Mas a análise do desenvolvimento trabalha com uma concepção de mudança que abrange do plano técnico ao cultural, que não pode por isto limitar as explicações do crescimento do produto às relações de causalidade econômica. Torna-se, portanto, necessário enfrentar o conjunto de problemas de conteúdo e de método consequentes da junção da análise econômica com a análise socio-política e socio-cultural. Myrdal presume que esta tarefa não pode ser cumprida sem uma proposta de análise interdisciplinar que capte o sentido de urgência dos problemas sociais. Assim, a leitura consistente do "Drama asiático" deve ser uma leitura atualizada em relação com os problemas de subdesenvolvimento. Se em linhas gerais os problemas básicos são os mesmos mudam as formas como eles se materializam ao longo do tempo.

Com esta perspectiva vemos a pobreza, a dominação, a marginalização, que são aspectos de problemas mais amplos mas que devem ser tratados em suas formas concretas. A visão de mundo transmitida pelo "Drama asiático" leva a uma análise social onde a análise da política é parte essencial da explicação do processo de produção. Defende o trabalho interdisciplinar, com uma recomposição da análise social em torno da valorização de problemas. Atribue tacitamente ao planejamento a tarefa de captar as necessidades de intervenção do poder público.

Essa foi a ideologia do planejamento que se instalou e prevaleceu no mundo da cooperação internacional em cuja prática o próprio Myrdal foi figura destacada e que se verifica em trabalhos de autores como Hirschman (22), Chenery (23), Balogh (24) Tinbergen (25) e outros. Até que ponto este ideário foi realmente útil ou representativo dos interesses dos países ou em que medida foi instrumento oportunamente apropriado pelos países hegemônicos para manter suas margens de controle, ou até que ponto foi uma postura utópica é algo ainda por determinar. De qualquer modo há aí uma transferência de valores que em alguns aspectos beneficia a sustentação dos interesses dos mais ricos e que em alguns aspectos - inquestionavelmente - descreve problemas essenciais dos que foram ou são marginalizados. O ideário de cooperação internacional aparece em Myrdal mais claramente em "Além do Estado do bem estar" e em "Solidariedade ou desintegração", que deveremos considerar adiante.

O "Drama asiático" foi escrito sobre uma experiência e uma base territorial escolhidos ex professo, portanto com a possibilidade de tomar seu objeto de estudo como opcional, de manter-se numa posição externa aos problemas que estuda. Isto logicamente significa uma vantagem em relação com a situação dos próprios países subdesenvolvidos, que em todo caso devem estudá-los. Isto permitiu que Myrdal pudesse analisar a generalidade dos países do sul da Ásia com uma visão de mundo que não se deriva de nenhuma das experiências deles e que, tanto como não corresponda a alguma outra experiência identificável, transfere pontos de vista que são gerados nas experiências dos países de centro. É um outro modo de colocar a questão da imparcialidade ou da pseudo-imparcialidade dos estudos de "brazilianists" ou "mexicanists" comparados com os estudos diferentemente colocados dos naturais destes países (26).

Mas é justamente esta questão de identificação ou de identidade dos subdesenvolvidos que implica em situar geohistoricamente as experiências sociais e que leva, por força, a colocar questões regionais ou a colocar a regionalidade do social. Myrdal considera que não há justificativa alguma a priori na teoria econômica a favor do uso de um enfoque regional para o estudo do subdesenvolvimento. Inclusive questiona a consistência científica de semelhante expressão. Em termos práticos, como se infere do "Drama asiático", o que se costuma chamar de enfoque regional é simplesmente um enfoque diferente do nacional, que prescindir do referencial do Estado, apesar de não poder dispensar a análise da formação de poder. Segundo este critério são igualmente regionais os estudos da América Latina, do Caribe, do vale do do Cauca etc. Em todo caso, apesar de que podem ser aduzidas várias razões a favor de uma determinada definição de uma região, há sempre um componente arbitrário, ao qual está vinculada a decisão de escolher esta região. De que ele diz desprende-se que este componente arbitrário precede a delimitação de uma região para estudo e não se explica necessariamente pela coerência interna que geralmente identifica uma extensão territorial como uma região.

O sul da Ásia de Myrdal é bastante arbitrário, suas fronteiras poderiam ser questionadas por diversas razões, tais como o tratamento desigual dado aos países da península da Indochina comparado com o da Índia. Mas uma discussão como esta desviaria a atenção dos problemas centrais que ele coloca, que são: a relevância da análise socio-econômica realizada a partir da região escolhida e o significado de ulteriores análises complementares ao primeiro, e que tratam com subregiões ou com categorias equivalentes. Para nós a questão é que com os mesmos argumentos com que se poderia discutir a legitimidade da análise socio-econômica do sul da Ásia poderiam por-se em tela de juízo os critérios de análise econômica e social os países da América Latina. Aqui, como lá, a única pauta segura de que se dispõe consiste em avaliar a pertinência da região utilizada de acordo com os resultados alcançados até agora pela análise. Da orientação de Myrdal pareceria inferir-se que fosse mais razoável dedicar um esforço maior para precisar o conceito de região e que este conceito, em todo caso, seria a base para uma linha de análise diferente ou mesmo oposta à nacional.

A região de que fala Myrdal contém, necessariamente, uma conotação de desequilíbrio proveniente da formação social histórica. No contexto latino-americano este desequilíbrio está marcado pelas peculiaridades pre-colombianas, pela diversidade de formas como se realizou a articulação do mundo ibérico - português e espanhol - sobre territórios extremamente vastos e ainda, pela peculiaridade daquelas grandes regiões, como o Brasil, onde a pressão européia se fez sobre povos muito primitivos. As características da herança colonial são visíveis no fato de que o conjunto econômico e cultural acabou formando grandes "bacias" - a negra, a Índia temperada e a altiplânica - que estão registradas, de algum modo, na composição dos Estados nacionais. As diferenças de tamanho, como entre o Brasil e o Chile podem ser facilmente compreendidas se se reconhece que o Chile sempre foi uma autêntica "região" cultural com uma determinada posição no mundo hispânico. Mas não são tão facilmente explicáveis frente ao fato de que a Grã Colombia se fragmentasse, ou que jamais fosse possível agregar os países centro-americanos. A tensão entre localismos e grandes formações políticas ficou como um tema sem resolver que certamente qualifica os diversos usos que podemos dar agora ao termo regional.

Internamente em cada país a questão regional tem uma raiz histórica que antecede e prepara a formação dos Estados nacionais. Na atualidade é uma dimensão das realidades nacionais que alterna com as estruturações políticas nacionais, do que resultam certas margens de pluralidade de interesses no contexto de cada país que se modifica com maior ou menor intensidade com a expansão do capital, mas que não foi anulada em país algum. E a principal questão até agora enfrentada pelo planejamento regional em suas diversas formas e modalidades tem sido justamente de manejar as diferenças entre os interesses representados no plano nacional e no regional, seja enfatizando as tendências integradoras da expansão do capital seja explorando o significado das contradições contidas em cada quadro nacional. Assim, o plano da análise regional é, por definição, o plano do concreto, contrastando nitidamente com o da abstração da análise setorializada.

Em consequência os problemas epistemológicos suscitados pela utilização de um enfoque regional derivam, portanto, de sua validade para enfrentar problemas concretos. No sul da Ásia como na América Latina as diversas circunstâncias tornaram necessário concentrar o foco da análise em subregiões e utilizar as comparações entre países como parte essencial da análise, geralmente sem atentar para a presença de regiões historicamente formadas e que subjazem na expansão em curso do capitalismo.

Explorando a linha de análise de Myrdal a perspectiva regional tem duas consequências principais para a análise social que são as de: (a) ligar a análise interdisciplinar e do uso de recursos naturais e de recursos humanos com a construção de blocos de poder em cada país; e (b) estudar as consequências da formação de poder no âmbito local na formação de capital em cada país. Os resultados que se pode eventualmente obter com estas linhas de pesquisa levam a novas leituras da pluralidade interna de cada país, que não podem ser ignoradas pelas generalizações sobre a expansão do capital ou sobre a macro-economia nacional.

4.2 Os juízos de valor

Um aspecto fundamental do "Drama asiático" é a explicitação das premissas de valor escolhidas (cap. 2). A análise social "mesmo no nível teórico, em que os fatos e as relações causais são devem ser precisados, está voltada para política, no sentido em que assume uma determinada direção da mudança como desejável" (pp.49). Ainda, "a pesquisa, como qualquer outra atividade que se realiza racionalmente deve ter esta orientação... Deixar ocultos ou não ter consciência destes juízos de valor é abrir espaço para um non sequitur e para uma dispersão das possibilidades de sucesso a que se pode almejar". Há dois planos de discussão dos problemas de valor - o da fundamentação da ciência social e o da sustentação da análise aplicada - e o tratamento dos problemas de desenvolvimento implica na junção dos dois.

Essas observações estão ligadas a aspectos já examinados no capítulo anterior: enquanto se mantiverem as características de ciência social que tem a ciência econômica a teoria do desenvolvimento terá que se estruturar sobre uma base diferente daquela da teoria do crescimento, ficando esta última como o estudo da mecânica do crescimento do produto (27). No entanto permanece uma questão sem resolver, qual seja de que a explicação da mecânica do crescimento fica sempre incompleta por esquivar aqueles elementos não econômicos que são inseparáveis das decisões de produção e de consumo. A insistência de Myrdal com a revisão do componente institucional da análise da mudança é também o modo de garantir que sejam seriamente consideradas as peculiaridades da formação social dos países geralmente considerados como subdesenvolvidos. Ao revisar o papel da mudança na estruturação ideológica dos países não-europeus simultaneamente estabelece as bases para uma crítica da modernização que agora não pode ignorar a trajetória de discussão do moderno, desde as primeiras propostas de modernização positivista identificadas com transferência de tecnologia até as críticas mais recentes do moderno refletindo as rupturas de valores no centro do capitalismo (28).

De qualquer modo a crítica do moderno enseja uma revisão - impensável até pouco tempo atrás - do substrato ideológico da luta pelo desenvolvimento na América Latina em que surge com mais clareza o contraponto entre os projetos de poder identificados com a modernização e os projetos de poder que pretendem viabilizar a permanência da composição tradicional de poder mediada em formas modernas de organização (29). Certamente temos aí uma discussão de sociologia do poder que transcende a crítica da ideologia de políticas específicas de desenvolvimento. Mas a própria articulação desta análise passa por uma apropriação do contexto histórico em que se realizou e realiza a controvérsia sobre o desenvolvimento.

Nesse sentido vale lembrar que os estudos da América Latina têm sido feitos em geral a partir de pressupostos de que os ideais de desenvolvimento são gerados nos países mais industrializados, que constituem uma transferência de ideologia, portanto, que ignoram a perspectiva cultural própria de cada sociedade, ou que ignoram os efeitos das contradições ideológicas na formação de cada sociedade. Myrdal aponta que esta é uma interpretação

simplificadora. E somos levados a considerar que este seja um ângulo pouco explorado pelos sociólogos latino-americanos, apesar de algumas observações coincidentes nesta direção. O fato de que grande parte dos países latino-americanos contém elementos de experiências anteriores à constituição de colônias e que as próprias colônias tenham sido modificadas obriga revisar o conceito de pluralidade com que se trabalha. Estes conceitos são, adiante, essenciais para entender a formação das oligarquias e dos diversos tipos de trabalhadores que compõem a suposta sociedade sem classe ou pre-classe.

As dificuldades encontradas por Myrdal para resolver os problemas conceituais da interpretação da estruturação social situam-se, como seria de esperar, ao nível da identificação e do manejo de categorias teórica e historicamente adequadas para explicar os problemas do subdesenvolvimento. E como a principal questão tratada é a modernização, oferece uma lista de valores que são incorporados na transmissão da modernização - aqui considerada como inerente à forma atual do desenvolvimento - e que são os seguintes:

a. Racionalidade. O modelo ocidental pressupõe uma marcha geral ao aumento da racionalidade nas decisões de todo tipo, partindo da racionalidade do consumidor e da do produtor, pressupondo uma universalidade da cidadania e das sociedades liberais, em cujo fundo está a superação das tradições, considerando entretanto que as tradições, mesmo as européias, são contraditórias a aquela tendência homogeneizadora contida na expansão do capitalismo. Superficialmente este ideal do capitalismo coincide com o desejo generalizado de absorver tecnologia, sem perguntar se a renovação de técnicas específicas está ou não inserida em correntes de produção de tecnologia ou se forma parte de blocos de tecnologia e com que capacidade de adaptação. Mas num plano mais profundo esta discussão atinge o coração da ideologia do progresso material do capitalismo: o absolutismo lógico criticado por Adorno (30), a herança de uma concepção racionalista ahistórica vinda do Iluminismo, a determinação de padrões oficiais de racionalidade baseados na prevalência do egoísmo do indivíduo. O ideal de racionalidade, portanto, quando tornado uma expressão da modernização constitui uma forma de exclusão dos conteúdos multidimensionais incorporados por cultura e por diversidade de experiências atuais.

b. Desenvolvimento e planejamento para o desenvolvimento. Supõe-se que o desejo de se desenvolver corresponde ao mencionado aumento de racionalidade, portanto, à emulação para assemelhar-se aos padrões europeus e norte-americanos. Assim ignora o significado de interesse de classe, toma a política econômica apenas como uma técnica, sem entrar no mérito de quais interesses ela representa. Por isto mesmo tampouco entra no mérito da identificação de alternativas de política como interdependentes do balanço de poder em cada sociedade nacional.

c. Crescimento da produtividade. O aumento sistemático de eficiência é a justificativa central do capitalismo e é representado genericamente pela produtividade. Na verdade encobre um conjunto de diversas medidas de eficiência, representado fenômenos muito

diferentes uns dos outros, compreendendo os rendimentos do capital fixo (como os rendimentos da terra por área cultivada ou os rendimentos físicos do equipamento industrial), a rentabilidade das aplicações de capital (que permitem comparar as aplicações financeiras com investimentos na produção) e a produtividade do trabalho, representando os resultados em produção consequentes das diversas participações específicas de trabalhadores na produção. Myrdal assinala a falácia da suposição comum de que o desenvolvimento corresponde a um aumento da densidade de capital por homem ocupado em todas as atividades produtivas e de um melhoramento contínuo das técnicas de produção. Isto também significa que os aumentos de produtividade em cada linha de produção podem ter efeitos de transbordamento sobre os demais. É um pressuposto de pouca sustentação empírica, já que os diversos estudos das transformações dos países latino-americanos mostram que persistem diferenças entre linhas de produção, inclusive com diferenciais que persistem ou se ampliam.

d. Elevação dos níveis de vida. A ideologia da modernização pressupõe que o desenvolvimento está composto de crescimento do produto e de renovação tecnológica de tal modo que haja um transbordamento generalizado de efeitos positivos, em termos das condições materiais de vida de toda a população. Corresponde à velha análise da renda per capita, que certamente não entra no mérito dos movimentos no perfil da distribuição da renda e nas oportunidades de mobilidade social da população. Todo o problema de valoração do consumo, de emergência de uma sociedade de massa e de consumismo dirigido está incluído neste tema, que inevitavelmente trata da interpretação que se dá a nível de vida.

e. Igualdade social e econômica. Com o desenvolvimento deveriam diminuir os desníveis das condições de renda e acesso a formas de consumo coletivo, as oportunidades de emprego e as condições de mobilidade social. Nestes ideais "ocidentais" pressupõe-se que os movimentos coincidentes com o progresso são sempre positivos, o que certamente é uma visão simplificadora de um quadro de problemas onde entram a marginalização de grupos sociais e a expansão da população periférica. (Myrdal apresentou-se sempre como um liberal progressista, como se declara em "Além do Estado do Bem Estar" e em "Contra a corrente" e este liberalismo implica numa cobrança ética em relação com o capitalismo, terminando por tornar-se uma defesa intransigente da participação do Estado na economia e do fortalecimento do planejamento. É necessário portanto entender que a crítica dos ideais de igualdade social e econômica da modernização equivale às críticas de Marcuse ao autoritarismo implícito do liberalismo no poder).

f. Melhoramento das atitudes e das instituições. Este ideal consiste em que as instituições evoluam num sentido favorável à modernização, na direção de uma elevação do bem estar, vagamente associada com a urbanização, com modificações nos padrões de consumo e com a incorporação daquela racionalidade genérica no cotidiano das diversas formas de organização. Também não critica as contradições destas formas de consumo, inclusive naquilo em que elas significam práticas contraditórias com a composição dos recursos localmente disponíveis.

g. Consolidação nacional. Este ideal da modernização está ligado ao de um governo internamente representativo e coerente em propósitos e ações, com autoridade indiscutível dentro dos limites territoriais do país. Supõe principalmente a noção de Estado moderno do tipo ocidental, com uma composição interna de poder invariante, o que provavelmente é o pressuposto mais afastado da realidade de todos. Também implica numa composição homogênea de poder local e regionalmente distribuído, o que significa ignorar uma das principais fontes de tensão interna dos países periféricos.

h. Independência nacional. Está aí projetada a imagem que os países europeus têm de si próprios, que é essencialmente contraditória com suas próprias práticas como poderes coloniais e intervencionistas. O tema se complicou cada vez mais com a ampliação do poder das multinacionais, que cada vez mais têm agido em interdependência com a racionalização da política externa dos países ricos. Myrdal denunciou a falácia da independência nacional como ideal passado adiante pelos países europeus e pelos Estados Unidos, que continuamente agem no sentido contrário do que pregam.

i. Democracia. Toda esta ideologia do desenvolvimento pressupõe uma democracia efetiva, capaz de levar a bom termo um trabalho cotidiano de planejamento. A colocação do tema da democracia implica numa referência à representatividade do governo, à sustentação de sua estrutura administrativa e numa participação social que fazem a ligação da análise atual do planejamento com a análise da trajetória política de cada país. Mas aqui não se questiona como conciliar a democracia de cada país com a divisão mundial do poder, nem se discute a ambivalência da democracia formal e a centralização do poder econômico.

4.3. A estrutura da análise socio-econômica

O "Drama asiático" dispõe-se a enfrentar os problemas práticos da análise e da política de desenvolvimento num conjunto de países muito diferentes uns dos outros que têm em comum uma diferença ainda maior com os países europeus. Encontra-se na situação contraditória de ter que usar criticamente métodos convencionais de análise e de registrar uma determinada linha de crítica destes métodos, que justamente reflita a justaposição da pluralidade nacional com as características dos agentes do processo: pessoas, formas de organização, instituições.

O encaminhamento da análise é original por que o "Drama asiático" observa o processo social do ponto de vista da sociedade civil em seu conjunto, que aqui contrasta com o ponto de vista do capital e não necessariamente com o do Estado. A problemática social é apresentada na forma de um contínuo que vai da composição da população aos recursos humanos em geral, onde as condições específicas de cada trabalhador, ou de cada tipo de trabalhador, estão inscritas num processo mais amplo de uso de trabalho em suas diferentes formas nas diferentes modalidades de produção. Assim, o estudo das condições materiais de vida dos integrantes da sociedade civil torna-se uma avaliação da modernização. Esta percepção de que

a pobreza se acumula com o avanço do capitalismo é fundamental na crítica humanista de Myrdal. Os dados e as observações reunidos como resultado da análise da distribuição da renda são utilizados principalmente para qualificar o subdesenvolvimento, mas não se cristalizam num sistema de proposições interdependentes que possa ser tomado como proposta doutrinária, por mais que contenha elementos que levam a uma explicação teórica da pobreza.

Diversas das observações do "Drama asiático" sobre a análise social podem ser de grande utilidade no estudo da América Latina. Em primeiro lugar estão os níveis de vida, que ele define como "os montantes de bens e serviços regularmente consumidos por uma pessoa média" (pp. 529). Deste modo, apesar de levar em conta os dados de renda por habitante, o uso que deu a estes conceitos para a análise dos níveis de vida parece ter sido secundário, pois considera que as elevações no nível de vida são instrumentais ao desenvolvimento mas não são uma informação suficiente quando não estão correlacionadas com mudanças no plano institucional e da distribuição da renda. Noutras palavras, uma coisa é que uma sociedade se distancie da pobreza e outra coisa é que surjam alguns muito ricos que distorçam a renda per capital.

Baseando-se no princípio de causação circular acumulativa destaca Myrdal os efeitos indiretos da elevação do consumo que advêm pela própria viabilização da formação de capital (o que é um modo de utilizar o princípio do acelerador de Harrod para explicar a concomitância de mudanças na composição do capital e na composição da demanda), não só por seu significado de expansão da demanda interna como por elevar a eficiência do trabalhador e atingir a produtividade do sistema em seu conjunto na produção de bens. Como consequência disto Myrdal apoia-se no confronto dos conceitos de consumo vs. excedente físico (quantidade tecnicamente disponível para consumo) em vez de utilizar o conceito financeiro de poupança, salientando o problema de realização (realização no sentido marxista de transformação de excedente físico em mais valia, transformação de mais valia em lucro) enfatizando que a persistência da pobreza está ligada ao acesso a este excedente físico. O conceito de poupança é o "daquela parte da renda gerada pela produção que não se orienta ao uso de bens e serviços durante o processo de produção". Isto obviamente implica em considerar que a produção não consumida hoje pode ser consumida amanhã; e que o problema de realização numa economia pouco diversificada seria relativamente simples, porque a maior parte de seu produto poderia fisicamente ser utilizada pela sociedade.

Assim, a verdadeira questão da distribuição, que subjaz no perfil atual de distribuição da renda, é um tema que se situa no plano do controle político do processo econômico, que somente pode ser explicado com a incorporação da discussão do controle das decisões sobre o capital, portanto passando pelos problemas de auto-regulação do capital em sua expansão. Assim, a análise macro-econômica não deve ficar centrada na relação imediata entre consumo e investimento, senão que deve tratar do eixo da relação entre as decisões relativas à renda e as decisões relativas ao capital e suas aplicações. Retoma-se aí a diferenciação de Wicksell entre poupança e investimento como parte da teoria do capital.

Isso significa que a análise econômica interessada em enfrentar os problemas da desigualdade forçosamente tem que operacionalizar a explicação dos movimentos do capital e do produto de tal modo que esta análise reflita os movimentos na interrelação entre produção e distribuição. Por isto teria que insistir em alguns pontos, como em comparar a composição do esforço de produção com a composição das remunerações e com as oportunidades de mobilidade social. É justamente porque as decisões acerca do capital são diferentes das decisões acerca da poupança Myrdal teria que aprofundar na doutrina wickselliana que não identifica poupança com investimento, que insiste nos problemas de registro do tempo na teoria do capital.

Myrdal não contribuiu para uma solução deste problema, limitando-se a manter-se na base wickselliana para criticar a doutrina keynesiana da poupança, limitando-se a dizer (em "O equilíbrio monetário") que "uma parte da suposta poupança consiste na realidade numa parte do esforço de produção que jamais poderia ser utilizado como consumo durante o período de produção" (31). Por conseguinte o investimento consiste em produção deliberadamente posta de lado durante o período de produção, que jamais poderia ser consumida. Noutras palavras uma produção planejada para ser utilizada a futuro, do que decorre que a teoria do investimento deve ser desvinculada da teoria da poupança.

Essas considerações são de óbvia importância para os países latino-americanos, dado o grande peso relativo dos inventários de produtos agro-pecuários ao término de cada ano de produção. Ao mobilizar uma parte do produto interno bruto na forma de excedente agrícola aumentam os riscos de perda como resultado (a) de perdas de qualidade dos produtos no período de armazenagem; (b) variações de preços que podem ocorrer depois de terminados os produtos agrícolas e que não podem ser registradas nos cálculos de custos de produção do ano seguinte. A comercialização aparece aqui como o lado prático do processo genérico de geração de excedente em investimento, que implicitamente se reconhece como fundamental na explicação da formação da taxa de crescimento.

Esses problemas são particularmente graves nos casos de produtos sujeitos a mudanças significativas de qualidade durante a armazenagem ou por manipulações prolongadas, como acontece com o cacau ou com o café, cujas áreas cultivadas podem ser destinadas a culturas mais rentáveis seguindo alguma política de compensação de custos, se as variações destes custos puderem ser previstas com aproximação razoável. Myrdal assinala (pp. 532 a 538) alguns problemas que resultam da mensuração do consumo de acordo com estes critérios, levando em conta a estrutura das informações disponíveis naqueles países. Como indicadores da situação de consumo tomou alimentação, vestuário, moradia, serviços de saúde pública, serviços de educação, serviços de informação, energia e transportes. Isto é uma aproximação deste problema que permite ignorar as diferenças de grau de monetização das transações econômicas numa economia nacional, o que tem inegáveis vantagens para os estudos de países latino-americanos e para estabelecer comparações entre eles.

A principal dificuldade continua sendo a valoração dada a cada um dos diferentes elementos de consumo, que

que varia de acordo com o ambiente, a educação, o nível de renda; e que deve considerar a ruptura entre o componente formal de cada sociedade e seu componente informal, ou entre a parte diretamente ligada à formação de capital externamente regulada e a parte centrada em produção localmente consumida. A experiência da América Latina no período de 1960 até o presente mostra que a progressão da marginalidade - e da informalidade com que ela se confunde - corresponde a um aprofundamento da ruptura entre o âmbito formal e o informal da comercialização, em que paralelamente há certa identificação das políticas econômicas e sociais com o âmbito formal e em que o funcionamento do âmbito informal está regido (a) pela precariedade da ocupação e pela correspondente incerteza da renda familiar (examinaremos este tema adiante, na seção sobre desemprego e subemprego e na seção sobre a qualidade da população).

A expansão do capital tem sido conduzida pela combinação do referencial de lucratividade dos investimentos, pelo controle de subsídios e pela transferência de riscos ao governo, portanto, resultando na produção constante de vantagens diferenciadas entre diferentes grupos sociais e contemplando um desperdício estrutural de recursos, tal como descreveu Paul Baran (32). Assim, na América Latina a expansão do capital reproduz pluralidade: retém formas tradicionais de pluralidade e incorpora novas formas de absorção de trabalho e de capital, tanto como as formas de poder oligárquico se desdobram em elites modernas de poder e com põem com elas modos de sobrevivência (33). O valor socialmente atribuído as diferentes formas de consumo tem que ser apreciado levando-se em conta que corresponde ao consumo de grupos que estão inseridos no processo social de produção de diferentes modos, que estão identificados como pertencentes ao âmbito formal ou ao informal, ou que se movem entre os dois. A multiplicidade de formas do âmbito "informal" e a multiplicidade de modos de articulação entre formal e informal na América Latina mostram, por um lado as novas experiências com urbanização e urbanidade, e por outro lado os limites das políticas sociais em sua abrangência e em sua eficácia. Assim, tanto como a experiência latino-americana leva a discutir estes movimentos leva também a rever o significado da modernização contida na formação de capital como movimento empregador e valorizador de trabalho.

4.4. As relações econômicas internacionais

A primeira observação de Myrdal neste tema, fundamental para toda a análise de relações mundiais desiguais - ou da inserção dos atuais subdesenvolvidos na economia mundial - é que as atuais relações externas dos países subdesenvolvidos "são em grande parte o produto de relações econômicas e políticas que se desenvolveram no século passado". A persistência deste sistema de relações externas revela a capacidade do sistema colonial para se adaptar aos requisitos da modernização. Em contrapartida a expansão do comércio mundial que resultou da expansão das grandes empresas na década de 1970 corresponde a uma reorganização da economia mun-

dial, em que as posições dos diversos países refletem movimentos cujos verdadeiros agentes são as empresas, cuja explicação demanda um previo estudo das transformações da empresa. Uma vez mais a controversia sobre o estudo das relações internacionais parte da revisão do pressuposto básico da análise convencional, qual seja, de considerar que os movimentos agregados na balança de pagamentos são representativos de transações que realmente ocorrem entre empresas, ou dito de outro modo, que os resultados macro-econômicos do setor externo são igualmente válidos independente de mudanças que ocorram ao nível micro da relação entre empresas. No "Drama asiático" há um tratamento contraditório desta questão, que leva a um surpreendente subdimensionamento da análise da relação externa, considerando que o próprio Myrdal reconhece que a análise do subdesenvolvimento fica incompleta enquanto não dispõe de respostas razoáveis para o papel da relação externa na formação do produto.

As principais lições que tiramos daí são, em primeiro lugar, que este tema não deve ser tratado a partir de situações hipotéticas genéricas, porque deste modo perder-se-ia de vista o fato de que a composição da relação externa - em termos de produtos, de empresas e de países - antecede as quantidades transacionadas; segundo porque os fluxos de capital são diretamente interdependentes dos fluxos de renda; e terceiro porque os fluxos atuais de renda estão determinados pela progressão de fluxos de capital, resultando em que a análise da relação externa deve combinar os dados de curto e de médio prazo.

As dificuldades desta análise no entanto surtem - e não foram resolvidas por Myrdal - quando se considera este conjunto de interrelações à luz de modificações na composição do capital, respectivamente dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos. A bem do realismo temos que admitir que a formação de capital nestes dois grupos de países segue diferentes pautas e que não há regras a priori que expliquem o curso futuro de suas respectivas trajetórias. Já na perspectiva dos dois decênios transcorridos desde a publicação do "Drama asiático" verifica-se que as principais limitações das análises como a de Myrdal, que se apoiam nos dados dos movimentos de capital e renda entre países, é que elas não registram a expansão das relações intra-empresas, seja, os movimentos de bens entre empresas de um mesmo grupo econômico, seja movimentos de troca de bens e de financiamento entre bancos e empresas associados de algum modo. Esta nova modalidade de expansão do capital traz consigo uma canalização das transações internacionais ao redor de determinadas linhas de produção - como no contexto da indústria automobilística, no da petroquímica ou na agro-indústria - que funciona como regulador de investimentos e que mediatamente estabelece os espaços de operação dos bancos. A conseqüente organização do comércio ao redor da renovação de seus agentes torna pouco eficaz a teoria ortodoxa do comércio internacional que supõe invariantes, portanto nulos os efeitos das mudanças na organização social do comércio.

5. A Valorização dos Recursos Humanos

5.1. A orientação do estudo dos recursos humanos

Alguns aspectos do estudo dos recursos humanos devem ser comentados do ponto de vista da ciência econômica antes de examinar como são tratados na obra de Myrdal. Diz ele que na análise econômica convencional o estudo dos recursos humanos faz-se primordialmente do ponto de vista da combinação de fatores, ou, dizemos nós, mais restrita ainda, do ponto de vista da função produção. Isto quer dizer que o objetivo deste tipo de estudo é chegar a certas observações sobre a participação dos trabalhadores no processo de produção. A distribuição dos resultados da produção é estudada como um campo especial da teoria econômica, e apesar dos evidentes vínculos entre produção e distribuição (34), considera-se que o nexo entre as duas interessa à análise dos fundamentos morais da teoria e não se formaliza como um campo identificável de análise, diferente do que pretendeu Ricardo (ver prefácio dos "Princípios de Economia Política") e do que pretendeu Marx (em sua análise da relação entre a mais valia relativa e a acumulação). A consolidação de uma visão integrada da distribuição como parte de uma compreensão do processo econômico continuou em aberto, seja porque a distribuição seja tratada sempre como subordinada à organização da produção, seja porque o próprio problema de distribuição seja reduzido ao da distribuição da renda entre pessoas e não contemple a composição da distribuição pessoal com a funcional e com a distribuição entre classes, além de ignorar os aspectos de consumo coletivo e renda familiar. Este tema, de que já tratamos em trabalho anterior (35) sugere uma revisão do tratamento dado à distribuição na análise de processos de mudança econômica e política acelerada que é a situação da análise do desenvolvimento.

Mas isto também significa uma crítica ao tratamento do comportamento dos agentes sociais. A teoria convencional da produção pressupõe um comportamento ex professo das pessoas e dos grupos sociais, que ficam unidimensionalizados como apontou Marcuse (36) na condição de produtor ou de consumidor. A teoria convencional da produção baseia-se em que o egoísmo do indivíduo pode se realizar no meio social (fazendo caso omissa daquelas restrições à separação entre indivíduo e grupo), enquanto a teoria da distribuição demandou uma crítica ética explícita dos pressupostos do comportamento econômico para introduzir o ponto de vista das classes e dos grupos formados sobre identidade cultural ou experiência histórica comum (37). Efetivamente, desde os clássicos, a ênfase da teoria econômica posta em um ou outro enfoque respondeu sempre a mudanças na importância atribuída a cada um destes problemas na explicação do processo econômico ou para resolver problemas econômicos concretos imediatos.

A teoria da distribuição ocupa-se das leis pelas quais o produto gerado se reparte entre classes segundo sua participação na produção e na propriedade, como disse Ricardo. O estudo da participação dos trabalhadores no processo econômico e a função que ela desempenha na sociedade faz-se sob o título geral de teoria da produção. Assim, torna-se logicamente inevitável que aqui o trabalho seja tratado como agente da produção e pela eficiência com que cumpre esta função. A partir daí podem-se fazer duas observações importantes sobre o curso seguido pelo tratamento dos recursos humanos na teoria econômica: (a) que haja uma incompatibilidade entre objetivo de elevar a produção e a produtividade e o de focalizar na distribuição; e (b) uma tendência inevitável para subordinar o estudo dos recursos humanos às categorias em que se desenvolveu a teoria da empresa.

Esse último aspecto é a chave de um debate de profundas raízes na teoria do desenvolvimento, que Myrdal enfrenta no "Drama asiático". Se o desenvolvimento é concebido como um processo cujos fins últimos são sociais, a perspectiva correta de seu estudo deve ser a de maximizar o potencial representado pelos recursos humanos. Este critério supera a singela perspectiva "demográfica" do estudo dos recursos humanos, que sempre identifica a disponibilidades atual de recursos humanos com a composição atual da mão de obra, que portanto desconhece a relação do tipo potencializada entre a formação social do trabalho e as condições concretas de seu engajamento no processo de produção. Subjaz que o tratamento dos recursos humanos como potencial contempla as transformações deste potencial, seu eventual aproveitamento, seus efeitos como viabilizador da capitalização.

A importância desta preocupação para os países subdesenvolvidos não pode ser exagerada. Mesmo naqueles raros casos em que há pouca pressão demográfica (38) é inegável a necessidade de incrementar a qualificação da população, tanto no sentido mais amplo da educação - incluindo aí a apropriação de cultura - como nos aspectos técnicos, orientando-a a formas de adiestramento que viabilizem sua absorção e sua inserção em tarefas especializadas no sistema de produção. Cabe anotar que o conceito de pressão demográfica na América Latina passa pela discussão da espacialidade do sistema produtivo, que de modo algum pode ser controlado somente sobre a base da relação entre população total e território. Todos os grandes países latino-americanos - Brasil, México, Argentina - sofrem os efeitos de uma elevada pressão demográfica sobre os pontos de maior capitalização, contrastando com a persistência de grandes regiões abandonadas, subutilizadas ou relegadas a pobreza extrema. É uma questão que envolve a maior concentração de pressão social urbana na Argentina e nas regiões mais capitalizadas do Brasil, comparadas com o panorama social-político mexicano, apesar de que este último país tem uma pressão demográfica muito mais concentrada em sua capital. Estes problemas acentuaram-se na década de 70, quando o estrangulamento externo das economias latino-americanas coincidiu com uma reorganização do uso de trabalho - mesmo para sustentar o setor exportador - que contribuiu para acelerar a concentração de capital. Surpreendentemente, a questão demográfica continuou sendo discutida por separado da análise do crescimento,

já seja que tomada como residual da outra ou que corresponda a objetivos "sociais" diferentes dos econômicos.

A discussão deste problema ao nível da formação social implica numa reconsideração do efeito emprego desse movimento, portanto contemplando a relação entre o sistema produtivo, a infraestrutura e a urbanização. Mesmo sem entrar no mérito dos problemas teóricos que freiam este tipo de análise pode-se sublinhar a interdependência entre o tamanho de uma população e sua capacidade para absorver mão de obra, bem como a relação entre os incrementos de população e os empregos novos que a sociedade gera. É evidente que quando se alude à pressão demográfica no Brasil ou na Colômbia se está relacionando a população com os recursos naturais e com o capital disponível, bem como a eficiência do sistema produtivo em seu conjunto - ou em cada uma de suas regiões - sem baixar sua eficiência. Por isto é logicamente necessário supor que uma modificação no perfil dos usos dos recursos pode significar uma mudança na capacidade do sistema produtivo para aproveitar plenamente o potencial de trabalho de sua população. Tudo isto mostra a gravidade das simplificações em voga no tratamento do eixo população-emprego na teoria econômica, que em vez de aprofundar neste processo segue o caminho inverso, de simplificar as referências com que o trata e finalmente, de reduzir a contribuição da sociedade à produção ao simples número de pessoas empregadas e de pessoas vinculadas ao mercado de trabalho.

Por essas razões o enfoque do "Drama asiático" adapta-se à realidade dos países latino-americanos quando destaca o potencial representado pela população, e ao propor que o desenvolvimento deste potencial seja o objetivo fundamental do desenvolvimento. Corresponde a uma reorientação das preocupações com o desenvolvimento, no sentido de dar condições às economias periféricas para criar riqueza segundo pautas próprias, que realizem esta valorização da população enquanto trabalhadora, em vez de concentrar-se na explicação da mecânica da criação de riqueza em que consistia a teoria do desenvolvimento. A questão das margens de autonomia das economias nacionais frente ao movimento internacional do capital está aqui em jogo conjuntamente com a das margens de autonomia dos programas de investimento em relação com a composição do capital de cada país. A criação de emprego aparece então como um processo duplamente subordinado, que segue uma trajetória peculiar, concomitante com a da formação de capital.

5.2. Os recursos humanos e o aproveitamento dos recursos naturais

O papel atribuído por Myrdal à relação entre o aproveitamento dos recursos humanos e o dos recursos naturais leva a destacar este tema. Uma breve revisão de seu significado teórico e de sua posição na análise dos recursos humanos pode ser oportuna para explicar seu papel agora nas ciências sociais.

Os clássicos deduziram leis do processo econômico pressupondo uma oferta ilimitada de trabalho vivo, ou de trabalhadores pretendendo emprego, o que significa trabalhar com um

conceito de trabalho atual correspondendo a um potencial de trabalhadores não especializados. O conceito de trabalho abstrato oferecido por Marx reflete uma quantidade e qualidade de trabalho necessário na sociedade em seu conjunto, que por sua vez constitui uma alternativa do trabalho simples, supostamente realizável pelo trabalhador muito pouco qualificado. Indiretamente pressupõe algum tipo de correspondência entre trabalho pouco qualificado - seja, aquele realizado pelos trabalhadores menos qualificados, que em caso algum serão totalmente qualificados - e toda a multiplicidade de formas de trabalho qualificado. As condições de correspondência entre estas diversas qualidades de trabalho no entanto jamais ficaram claras. Marx explicou o modo de uso de trabalho na produção em que o tempo é fundamental, tanto para definir a jornada de trabalho como para determinar os períodos de produção e a conseqüente renovação de capital nas diversas linhas de produção. Mas estas explicações correspondem sempre ao trabalho atualmente incorporado à produção e em caso algum ao potencial de trabalho da população. O trabalho de Myrdal sobre o aproveitamento do potencial de trabalho atinge este ponto indefinido e identifica novos problemas na relação entre a progressão do sistema produtivo e o uso de recursos naturais.

A linha de argumentação de Myrdal rejeita as suposições dos clássicos de uma oferta ilimitada de trabalho. Pelo contrário reivindica os dados concretos da realidade: um determinado perfil de recursos humanos e um determinado perfil de recursos naturais, cada um com suas próprias leis de reprodução, articulados pelos movimentos do capital, que também são específicos em tempo e espaço. Myrdal começou por considerar a relação entre a magnitude da população e os recursos de terra já disponíveis, e logo com os tipos de agricultura que utilizam estas terras. Compara a densidade demográfica com a produtividade agrícola, mas invertendo a ordem do argumento de Malthus, focaliza na relação entre a pressão demográfica na estrutura agrária e as concomitantes formas de subemprego no meio rural. Examina as alternativas contidas na agricultura autóctona e examina a repercussão socio-econômica das grandes unidades agrícolas, sejam elas modernizações dos antigos latifúndios, sejam novas modalidades de "plantations". Conclui com o exame dos efeitos indiretos da agricultura nas economias nacionais em seu conjunto e com a relação entre o desempenho da agricultura e o advento da industrialização e da urbanização.

Essa análise dá uma importância central à estruturação agrária, a cujas transformações atribui um papel central na utilização de recursos físicos. Por isto mesmo é de extrema validade para os países latino-americanos, que quase sem exceção têm grandes possibilidades de desenvolvimento pela mobilização de suas terras subutilizadas. No entanto transmite uma idéia inadequada do problema de mobilização de recursos naturais porque não inclui neste conceito as modificações na pluralidade do contexto agrícola que são inerentes à própria expansão do capital.

Essa relação entre a situação agrária de um país e a dinâmica do aproveitamento dos seus recursos abre grandes possibilidades para o estudo do subdesenvolvimento e a desigualdade nos países latino-americanos. Tomando-a como ponto de partida, levantando algumas perguntas relativas a sua situação pode-se chegar

a colocações que por sua vez mostram qualificações do cálculo econômico em cada país. Pode-se arguir, por exemplo, (a) as bases teóricas para a formulação de expectativas econômicas sobre o valor da terra ao aumentar a área cultivada, dependendo do comportamento da fronteira agrícola; (b) os problemas teóricos que deverão ser resolvidos para colocar a questão agrária em termos comparáveis com os da organização da produção na agricultura; (c) os problemas teóricos correspondentes à especificidade ("uniqueness") do trabalho especializado na organização da produção na agricultura e seus efeitos indiretos na produtividade dos demais fatores.

As situações correspondentes a estes três supostos são muito frequentes nas economias dos países latino-americanos e justificam perfeitamente um esforço teórico para incorporar suas soluções à teoria do subdesenvolvimento da América Latina. Sua colocação correta entretanto demanda confrontar a disponibilidade de mão de obra e de trabalho com os problemas de mobilização dos recursos naturais de cada país. Seguindo o raciocínio de Myrdal sobre a relação entre a estrutura agrária e os usos da terra cabe colocar que: (a) a relação entre a absorção de mão de obra na produção e o desenvolvimento de recursos pesqueiros referidos no contexto de oferta e procura de alimentos; e (b) a relação entre a absorção de mão de obra e a exploração de recursos principalmente os minerais.

Essas atividades não agrícolas estão sujeitas a grandes pressões indiretas para que absorvam contingentes de mão de obra superiores a suas necessidades, sobretudo nos casos de países com altas margens de desemprego e de subemprego rural. Também se prestam mais que outras para absorver trabalhadores pouco qualificados. Obviamente são atividades de extrema importância no perfil da produção nos países latino-americanos. Myrdal examinou o significado econômico da proporção dos alimentos na produção agrícola, comparando-a com a densidade demográfica e observando o nexos entre a eficiência da organização da agricultura, especialmente daquela voltada para exportação e o aparecimento de certas formas limitadas de industrialização.

5.3. Desemprego e subemprego

Como ponto de partida Myrdal criticou a opinião generalizada entre os economistas dos países desenvolvidos de que o desemprego e o subemprego sejam causados por falta de demanda de trabalhadores e que a mão de obra nos países subdesenvolvidos - fala dos países do sul da Ásia - reage no mercado de trabalho com a mesma racionalidade dos trabalhadores da Europa ocidental. Ambos pressupostos, diz ele, constituem uma interpretação incorreta do comportamento da população dos países subdesenvolvidos, uma atitude que leva a definir como objetivo do planejamento a absorção de toda a mão de obra, um objetivo simplesmente de reverter a situação atual e não de propor um curso alternativo de formação de capital. Esta atitude, assinala Myrdal, fracassa quando trata de vincular o tratamento do desemprego e do subemprego com o da produtividade do trabalho dos trabalhadores efetivamente ocupados (ver pp.962). Isto

significaria uma volta à atitude colonial de buscar trabalhadores para as atividades rentáveis de exportação, uma atitude bem conhecida na América Latina, onde também é frequente a queixa de escassez de mão de obra as atividades de exportação. A contribuição de Myrdal neste caso está justamente em mostrar a contradição incluída na proposta dos economistas de transformar as economias subdesenvolvidas em reproduções da economia européia do bem estar e por a descoberto o substrato mercantilista das teorias do emprego: "o principal propósito dos regulamentos das condições de trabalho estabelecidas pelo Estado e pelas autoridades municipais era de assegurar força de trabalho adequada em termos favoráveis (a esses produtores)" (pp. 966).

A sobrevivência do enfoque mercantilista pode ser comprovada na produção de banana, açúcar, cacau, algodão e outras mercadorias mundiais, para cujo desenvolvimento formularam-se políticas especiais, criaram-se instituições, trasladou-se população e como consequência, acumularam-se problemas sociais de grandes proporções quando estas culturas de exportação entraram em decadência por uma razão ou outra. As limitações do desenvolvimento pela industrialização, verificadas durante a década de 1970 pela dificuldade de realizar exportações industriais, demonstraram a conveniência de uma nova leitura da influência do pensamento mercantilista na formação da política econômica e na política de emprego. A própria noção de que cada país constitui uma reserva de trabalho disponível para o capital ali sediado é uma extensão deste ponto de vista que implicitamente nega aos trabalhadores a liberdade de decidir em qual mercado participar.

Todas essas políticas, assinala Myrdal, estiveram ligadas a preconceitos raciais, reconhecidos quando se aceita que existem diferenças importantes no mesmo mercado de trabalho, entre as populações locais e as de origem européia. Fatos similares registraram-se na América Latina, servindo como desculpa para estabelecer políticas discriminatórias de salário e de condições de vida. A discriminação racial em muitos casos é completamente negada e em outros reconhecida apenas em parte. Problemas de populações economicamente segregadas ou mantidas em condições desfavoráveis, como grande parte das comunidades índias nos países do altiplano andino, no Brasil, são colocados como questões separadas da constituição do sistema de produção. Os movimentos sociais e políticos desde o começo da década de 70 tornaram mais visíveis os problemas de discriminação em países oficialmente multiraciais ou que negam a discriminação, como o Brasil. Mas o reconhecimento da pluralidade racial e cultural implica em novas necessidades da análise social, da revisão de categorias de análise, que constituem perturbações para a análise social academicamente reconhecida. No Brasil, particularmente, esta dimensão da problemática social fica parcialmente obscurecida pela visão étnico-cultural e folclórica da questão social, que tacitamente pressupõe que o mercado de trabalho contém segmentações que não podem ser evitadas. A superação destas distorções pressupõe um reconhecimento da interrelação entre a formação cultural e a trajetória política e econômica que certamente não foi feita. Assim, a pluralidade de formas de dominação interna opera no sentido de uma hegemonia em que a apropriação dos próprios movimentos de liberação retrage como mecanismo de legitimização do poder nacionalmente estruturado (39).

Em termos de teoria econômica, como indica Myrdal, tudo isso evidencia que a teoria econômica liberal - a clássica e a neo-clássica - conservou os preconceitos sociais da teoria mercantilista em relação com o mercado de trabalho. Mas os problemas de desemprego estrutural em condições de subdesenvolvimento ficaram sem resposta. O ponto de vista dos mercantilistas corresponde aos interesses da reprodução do capital mercantil e ao seu modo de ver a presença dos capitalistas na produção. Os mercantilistas analisaram o mercado de trabalho do ponto de vista do empresário, que não necessariamente é um produtor; e este ponto de vista continuou ao longo da formação da teoria. A mudança mais importante surgiu como resposta aos ciclos econômicos e tem como principal novidade uma nova definição das funções do governo, que passa a ser visto como mantenedor do nível de emprego como uma condição para o funcionamento dos sistemas econômicos nacionais ao longo daquelas flutuações inerentes à expansão do capital. A teoria do emprego exerce um atrativo inevitável sobre os países subdesenvolvidos, mas, dizemos nós, é necessário advertir que o desemprego denunciado por Keynes resultava de circunstâncias econômicas e sociais diferentes daquelas agora enfrentadas pelos países subdesenvolvidos: O traslado do conceito keynesiano de desemprego involuntário às condições de subdesenvolvimento termina por facilitar um escapismo bem conhecido, que consiste em atribuir a principal responsabilidade do desemprego a uma má utilização da força de trabalho consequente de falta de capital. É importante lembrar entretanto que este pressuposto neo-clássico de escassez de capital foi revalidado na teoria do desenvolvimento, naquilo em que primeiro mostra as restrições a uma progressão contínua de investimentos dada pelos tamanhos técnicos e econômicos de fábrica, segundo aponta as interdependências entre escalas de tamanho de infraestrutura e produção de bens e terceiro mostra que o início de qualquer processo de investimento requer uma massa prévia de acumulação que deve ser explicada fora do capitalismo industrial. É um ponto certamente controverso mas que não pode ser ignorado, já que dificilmente se pode conceber processos acelerados de investimento que possam ser iniciados por separado das relações internacionais (40).

Assim, do ponto de vista dos países subdesenvolvidos seria necessário liberar a análise do mercado de trabalho destas impropriedades. Neste sentido Myrdal identifica aqueles que considera como "pressupostos básicos do enfoque moderno". Segundo ele três destas premissas são evidentes: (a) que o insumo trabalho pode ser tratado principalmente como uma quantidade, com escassa ou nenhuma referência a sua eficiência; (b) que o ocio pode ser considerado involuntário; e (c) que o trabalho ocioso - representado por desemprego e subemprego - constitui uma oferta imediatamente disponível de trabalho, mesmo que, dizemos nós, esta oferta não necessariamente coincida com o perfil da demanda de trabalhadores.

Comparando as diferenças entre estes pressupostos e as condições materiais dos países por ele estudados, Myrdal põe em relevo os fatores climáticos, os níveis de saúde e de nutrição, as condições institucionais, as atitudes condicionadas e condicionantes das instituições, a relativa mobilidade do trabalho e a imperfeição do mercado, os aspectos administrativos e políticos

que são desdenhados na análise econômica corrente. Tais deficiências do enfoque moderno são, logicamente, as que o inabilitam para analisar os países do sul da Ásia. Algumas delas são igualmente válidas para os países latino-americanos, como por exemplo a impossibilidade de determinar em quais proporções a desocupação é involuntária porque simplesmente não tem como participar no mercado de trabalho. Para os países subdesenvolvidos o problema consiste em grande parte em saber se a subocupação e a desocupação poderiam ser eliminadas na prática porque aumentasse a disponibilidade de financiamento para produzir.

Trata-se agora de verificar como se pode eliminar a subocupação e seu equivalente em pobreza extrema. Não se descarta o argumento da escassez de capital, mas pergunta-se como interpreta-la nos quadros institucionais específicos destes países, em sua situação de distribuição da renda. Myrdal chamou a atenção para a trama de relações entre o perfil cultural e as estruturas oligárquicas, concretamente manifestada no plano político. Não se pode conseqüentemente tratar os problemas de emprego por separado da estruturação política em que eles têm lugar. A suposta substituição de oligarquias por elites modernas de poder, que ocorreria com a industrialização (41) pode ter sido uma falácia, pode ter desviado as atenções de processos mais complexos de reordenamento do capital, em que a formação de novas elites de poder pode ter sido feita como um desdobramento das oligarquias, que entretanto permanecem com o controle de seus centros tradicionais de poder. A observação dos processos de reforma agrária em países como o Equador e a Venezuela, a substituição de velhos latifúndios no México e no Brasil por modernas explorações testemunham diversas experiências em que as estruturas tradicionais de poder utilizaram o controle da máquina estatal para viabilizar a continuidade de aspectos essenciais do padrão de acumulação do capital (42).

Esse, portanto, é um tema a ser examinado em relação com o conjunto das formas de renovação de capital no campo, da renovação da produção agrícola no contexto de estruturas mais complexas de financiamento e de comercialização. A velha distinção entre monoculturas de exportação e agricultura diversificada cedeu lugar a uma distinção entre a agricultura realizada sob controle financeiro local e a agricultura subordinada a esquemas internacionais de financiamento.

Myrdal tratou do exército de reserva destacando suas implicações políticas. Segundo ele o exército de reserva deve ser compreendido em seus aspectos dinâmicos, tanto considerando a substituição de trabalhadores concretos que dele fazem parte como reconhecendo seus aspectos qualitativos, isto é, sua composição por níveis e variedade de qualificação dos trabalhadores. O pressuposto de Marx, de que a captação de mais valia ocorre mediante o duplo processo de liberação e de engajamento de tempo - força de trabalho - entre diferentes tarefas tem que ser revisto, já que depende de que se pressuponha que se ampliam as opções de variedade de atividades, entre as quais absorver o tempo trabalho. O fato de que determinados trabalhadores sejam desligados de determinadas tarefas não significa necessariamente que eles mesmos sejam engajados em outras atividades. Os requisitos de qualificação incluídos na

composição orgânica do capital são concomitantes dos requisitos técnicos do capital e também da heterogeneidade incorporada no capital constante. Os requisitos de qualificação dos trabalhadores e as defasagens ou desajustes da educação fazem com que muitos trabalhadores sejam expelidos do processo de produção e retirados da posição de empregados potenciais, seja, retirados do exército de reserva.

A discussão desse tema desenvolveu-se bastante em alguns países latino-americanos a partir da década de 70, beneficiada pelas contribuições sobre o dinamismo interno da marginalidade, reconhecendo que (a) a composição do exército de reserva são conseqüentes do rumo seguido pelo progresso técnico, (b) as modificações no exército de reserva refletem-se imediatamente na estruturação social, já que indicam o âmbito de assalariamento no total do trabalho realizado. Subentende-se, portanto, que isto tem profundas conseqüências na concepção da sociedade periférica, que se percebe como segmentada, contendo rupturas entre o âmbito informal e o formal, e contendo complexos mecanismos de articulação entre o dinamismo de um e do outro. A apropriação de uma concepção deste tipo leva por extensão a uma compreensão da mudança como resultante de dinâmismos desiguais e dando lugar a novas escalas de pluralidade.

Assim, a discussão do exército de reserva não pode em são juízo considerar que os desempregados em idade de trabalhar tendencialmente serão incorporados ao processo produtivo. A incerteza sobre o emprego torna-se um traço cada vez mais forte, à medida que avança a formação de capital e se definem os limites do trabalho assalariado em relação com a expansão do âmbito informal e com a erraticidade dos empregos formais.

5.4. A utilização de trabalho na agricultura

Tradicionalmente o uso de trabalho na agricultura foi analisado na teoria do desenvolvimento a partir de requisitos estabelecidos pelo imperativo de reprodução do capital, portanto, do ponto de vista do capital aplicado na produção agrícola. A novidade do "Drama asiático" é que Myrdal examinou o mesmo fenômeno a partir das necessidades da sociedade de empregar a população rural. Nisto distinguiu a utilização de trabalho no meio rural em seu conjunto, distinguindo o trabalho agrícola do não agrícola e examinando as interrelações entre os dois nas economias sul-asiáticas. Propoz-se a "examinar a realidade de utilização de trabalho na região... Sem compreender as forças que governam a utilização do trabalho o planejamento para o desenvolvimento dificilmente poderia ter sucesso" (pp.1029).

Myrdal estudou os determinantes da atual estrutura agrícola daquela região manejando os conceitos de tradicional e moderna num sentido weberiano, associando a modernidade com tipos ideais próprios do contexto europeu. É fundamental anotar que o segmento tradicional é apresentado como o lugar de um processo secular modificado pela experiência colonial e por isto com um dinamismo próprio, exercendo uma influência contínua na modernização. Por sua vez o segmento moderno representa a europeização, compreende

experiência específica do período colonial e os processos post-coloniais que continuam o vínculo com o centro do capitalismo mundial. Também se registra que o componente de atividades não agrícolas do meio rural corta transversalmente o âmbito tradicional e o moderno, já que o conjunto delas compreende algumas de caráter nitidamente tradicional e outras que são trazidas pela modernização.

Myrdal separa a esfera do tradicional da do moderno, retirando pouco das interrelações entre os dois. Esta é a principal deficiência de sua análise agrícola, que contrasta com a do sistema político onde justamente procura uma explicação das transformações do quadro institucional. A brecha da análise fica na explicação das estruturas de poder, com o que as oligarquias se tornam o referencial de um quadro atual aparentemente estático, apesar da explicação histórica da formação destas oligarquias sobre a proteção dos sistemas coloniais (ver principalmente a análise desenvolvida no segundo volume do "Drama asiático", onde é a análise do poder que liga os sistemas produtivos). Desta análise sai uma explicação da formação da oligarquia, mas pouco se explica de sua estratégia de poder na formação do segmento moderno.

Há uma grande diferença entre os países estudados por Myrdal e os latino-americanos, justamente na estruturação institucional da agricultura. Apesar de que aqui se registram experiências de continuidade de estruturas oligárquicas, as experiências são muito mais no sentido de uma modernização do poder oligárquico, ou de modificações formais e de um desdobramento dos modos de poder da oligarquia no meio rural propriamente dito em centros urbanos dependentes dele. Logicamente há outras diferenças entre as experiências do sul da Ásia e da América Latina em aspectos tais como a permanência da população no meio rural e na forma de relações com as nações mais industrializadas. Mesmo quando os dramatis personae são outros a trama é parecida.

A medula da análise de Myrdal é identificar os efeitos desta estrutura institucional na utilização de trabalho, para adiante resolver o uso de trabalho em termos de incorporação de trabalhadores ao sistema de produção. Mas é uma estratégia de análise que deixa a desejar, por penetrar pouco na interrelação entre a organização técnica e a organização social no meio rural. Torna-se difícil comparar o trabalho rural não agrícola do sul da Ásia com o dos países latino-americanos ou das diversas regiões de alguns destes países. Myrdal destaca que nos países que estudou os trabalhadores vinculados de modo estável às propriedades agrícolas utilizam parte de seu tempo em tarefas não agrícolas, que aumentam de modo significativo o uso total de seu tempo de trabalho. Na América Latina situações deste tipo ocorreram em grande escala no passado e ainda ocorrem em boa medida, mas a própria expansão da agricultura moderna reduz o trabalho não agrícola e reduz a permanência média dos trabalhadores em suas ocupações. O conceito de camponês está sujeito a controvérsia que põe de um lado estudiosos provenientes de países com experiências multiseculares e com importante produção de pequenos produtores e de outro lado os estudiosos vindos de países de agricultura recente, moderna, sem tradição comunitária (43).

Mas num outro aspecto as duas experiências de análise se aproximam. É no relativo à intensidade de uso de trabalho e à duração da jornada de trabalho. Myrdal assinala que não

há estímulos institucionais para que trabalhem mais. Mesmo considerando que a produtividade do trabalho seja pequena em grande parte das tarefas realizadas no campo cabe reconhecer que a jornada de trabalho varia principalmente de acordo com o programa de produção de cada estabelecimento, que é um dado externo aos trabalhadores. Neste caso a importância dos estímulos econômicos de mercado dependerá da intensidade de integração das propriedades à economia monetária e da disponibilidade de capital dos trabalhadores. Assim, finalmente, são as restrições de financiamento que obstaculizam os incrementos de produtividade dos estabelecimentos e que, indiretamente, regulam a produtividade dos trabalhadores. Obviamente temos aí um argumento requer exame adicional já que, ao enfatizar a interdependência entre os movimentos financeiros e o desempenho real destaca também o papel de relações entre diferentes capitalistas - os que controlam capital financeiro e os que produzem - no controle da produtividade do trabalho.

5.5. A utilização de trabalho na indústria

Há uma diferença fundamental entre o tratamento dado por Myrdal à questão industrial e o que ficou consagrado pela CEPAL na análise de países subdesenvolvidos da América Latina e que o aproxima mais de algumas teses de Samir Amin (44). Myrdal vê a indústria do ponto de vista de uma crítica de longo prazo do processo econômico, principalmente preocupado com seus resultados em termos de criação de emprego e distribuição da renda, considerando ainda que a indústria não pode ser tida a priori como uma atividade sempre detentora de um dinamismo capaz de trazer desenvolvimento. É uma posição que contrasta com a que sai da velha tese de que somente a industrialização pode furar o bloqueio da relação desfavorável de comércio, que por isto é o caminho de uma reprodução do capital que também pode levar à superação da pobreza. A postura de Myrdal tem consequências decisivas no encaminhamento da análise, principalmente no relativo aos efeitos da industrialização na mobilidade social e na estruturação de poder.

Na análise da industrialização Myrdal explicitou a controvérsia sobre a teoria do desenvolvimento ao opor o conjunto das teorias que estudam o crescimento do produto e a distribuição da renda dentro do padrão atual de acumulação com aquelas que contemplam a mudança do padrão de acumulação. Esta controversia era apresentada diz Myrdal " pela doutrina comunista de industrialização dirigida e planejada como técnica para gerar desenvolvimento"... "o desenvolvimento ocorrido no período colonial ficara quase completamente restrito à produção primária para exportação e a uma certa produção industrial para mercado interno" (pp. 1151). Mas é inevitável que esta doutrina de desenvolvimento via industrialização defronta-se com as peculiaridades da própria indústria, especialmente com a proporção entre a produção de bens de capital e a de bens de consumo. Reconhecidas as peculiaridades técnicas desta interrelação, segundo ele, é necessário desmitificar a doutrina segundo a qual a produção de bens de capital é básica e a de bens de consumo não o é.

Assim enfrentam-se restrições inerentes às características da atual expansão da indústria e restrições da política industrial no país em estudo. No primeiro plano a análise de Myrdal coloca a questão industrial como subordinada à decisão social mais ampla de se desenvolver ou de manifestar interesses suficientemente fortes para produzir "desenvolvimento". No segundo plano esta crítica leva a penetrar nas peculiaridades do processo industrial.

Para Myrdal a indústria não é uma questão setorial tanto como a industrialização é um tema que afeta as economias nacionais em seu conjunto e implica em opções de poder que modificam o possível curso da formação de capital. A escolha de um ou outro caminho de industrialização significa maior ou menor mobilidade social e maior ou menor flexibilidade na distribuição da renda. Assim, a escolha da doutrina do desenvolvimento pela industrialização é, concomitantemente, uma doutrina de concentração do capital e de fortalecimento do Estado nacional. Diz Myrdal que "claramente uma industrialização deste tipo não é suficiente para alcançar mudanças significativas na estrutura econômica destes países e para dar impulso real ao desenvolvimento. Outrossim, se não acompanhada de políticas intervencionistas diretas em outros setores da economia apenas fortalecerá o padrão de quistos provenientes da experiência colonial" (pp.1169).

Nesse contexto a substituição de importações não é uma escolha de política senão a única alternativa disponível, dadas as dificuldades para exportar manufaturados. Myrdal insiste em desmitificar as doutrinas da industrialização, apontando as interrelações entre os movimentos dos diferentes e mostrando as restrições inerentes aos efeitos em cadeia destas interrelações entre setores. A difusão de efeitos ("spread effects") surge como uma questão a ser considerada levando em conta as deformações dos sistemas de planejamento: "Há um obvio perigo que iniciativas industriais agora planejadas perpetuem o padrão colonial" (pp. 1197). Esta percepção, que penetrou na América Latina mais tarde, enfatiza os efeitos contraditórios contidos nas próprias políticas de desenvolvimento que são, num e noutro momento, apropriadas por aqueles interesses identificados com a ordem colonial ou com seus substitutos.

No plano estritamente técnico há questões entretanto que devem ser discutidas. Não tem sentido colocar os problemas industriais de qualquer país subdesenvolvido sem considerar as restrições concretas de mercado em que eles operam. Myrdal alerta para os problemas de simultaneidade das medidas de política (pp.1165). Mas como garantir esta simultaneidade com as restrições de mercado e de financiamento? A política industrial contém as contradições consequentes de um maior atrativo para concentrar capital nas indústrias de maior porte e mais intensivas em capital. E mesmo quando tenha havido uma predisposição para aproveitar mais os efeitos emprego destas grandes indústrias, como Myrdal aponta o exemplo das republicas soviéticas da Asia central, a efetividade da indústria no nível do emprego somente apareceu muitos anos depois de ter sido implantada (ver pp. 1175).

Mas a avaliação final da industrialização está no relativo à mobilidade social e a sua relação com o perfil da distribuição. Esta percepção da industrialização como de algo específico identifica época e condições históricas - a formação social - implica em desenvolvimentos também específicos da agricultura e das diversas formas de prestação de serviços. O que a análise do desenvolvimento deverá responder refere-se aos efeitos da industrialização no processo de geração de emprego e absorção de trabalhadores e como ele modifica o perfil de remuneração do trabalho.

5.6. A qualidade da população

O sentido de finalidade do "Drama asiático" é avaliação do significado do progresso material para a sociedade e o modo como a modernização contribue para esta finalidade. Assim julga o crescimento da produção e a expansão do capital por seus resultados sociais. E estes resultados são acompanhados no que toca à população como quantitativo mais geral, como população trabalhadora, como recursos humanos e como trabalho que se realiza. Obviamente estas categorias estão conceitualmente ligadas umas às outras e o tratamento da população como um simples quantitativo torna-se contraditório em relação com os seguintes níveis da análise. Mas como estudar consistentemente os diversos níveis de envolvimento do fator humano no processo econômico? Trata-se de uma tarefa teórica de enormes proporções, que de certo modo é a inversa da análise de Marx, que como esta última demanda uma mediação da análise prática pela teórica, que é uma orientação de trabalho distante da perspectiva pragmática de Myrdal.

Essa análise requer alguns esclarecimentos conceituais. Inicialmente não há como duvidar que o envolvimento da sociedade no processo econômico resulta simultaneamente da trajetória do capitalismo e da de cada país em particular, seja que pressupõe a percepção do processo e de sua estruturação, igualmente compreendendo a formação da sociedade e a de suas relações com outras sociedades. A realização deste tipo de trabalho portanto supõe uma análise a nível de categorias, capaz de representar os movimentos do trabalho nas diversas formas de produção e nos diversos patamares de capitalização. Mas Myrdal seguiu outro caminho: desenvolveu sua análise sobre os setores tradicionais da política social - saúde e educação - procurando em cada um distinguir os aspectos culturais, o substrato político e as técnicas atuais.

A. Saúde. No contraste entre as propostas pre-coloniais, as dos sistemas coloniais e as posteriores à independência política ressaltam (a) os resquícios culturais que estabelecem comportamentos específicos de saúde pública e de atitude acerca de saúde em geral; (b) o significado político das campanhas maciças de saúde pública - e as políticas de saúde inscritas em propostas regionais ou de outra índole, que refletem a formação de pontos de vista locais. Com isto ressalta-se a conotação cultural da política de saúde, já que ela progride mediante uma combinação de modernização e retenção de comportamentos tradicionais. Quando Myrdal contrasta o aperfeiçoamento de pautas tradicionais com os choques causados pelas campanhas de saúde, no fundo contrapõe comportamentos tradicionais com os preconizados pelas políticas de modernização, sendo que na categoria de tradicionais reúne comportamentos de origem popular com comportamentos gerados em momentos anteriores da formação das elites (pp.1576 a 1619).

A questão cultural é enfatizada pelo que a formação cultural significa, concomitantemente, uma ajuda e uma obstrução ao melhoramento das condições de saúde pública. Mas o horizonte das campanhas de saúde é limitado pelo nível de informação

com que elas funcionam: "É tarefa dos planejadores de saúde desenvolver medidas que atinjam o quadro de saúde como um todo ... para ter sucesso neste planejamento eles precisam entretanto dispor de maior conhecimento específico de fatos e de relações causais..." (pp.1619). O papel atribuído à coleta e análise de estatísticas e à antroposociologia da saúde é fundamental. Na prática trata-se de trabalhar em planejamento da saúde supondo que o planejamento contribuirá, queira ou não, para uma mudança profunda nas sociedades nacionais através de movimentos localmente definidos.

Na crítica das políticas de saúde Myrdal criticou as transferências unilaterais de experiências européias, que certamente estiveram na origem da formulação das políticas de modernização. Mas não há também como negar que a experiência gerada pela realização destas políticas é o único referencial para substituir as práticas tradicionais. A avaliação destas políticas é um novo elemento de juízo, que pode ser usado para distinguir entre o aumento de população resultante da diminuição da mortalidade nos primeiros anos de vida e os problemas de saúde direta e indiretamente causados por fome. Está claro que o objetivo não econômico inicial de reduzir a taxa de mortalidade infantil se transforma no problema econômico de realizar maiores gastos com as pessoas de modo constante, inclusive dando-lhes acesso a uma alimentação adequada. Por isto, ponderamos nós, que levada a suas últimas consequências a política de saúde depende de uma melhor distribuição da renda e implica em alguma medida em que haja uma distribuição mais equitativa da renda. Não há como imaginar que o Estado avance até as últimas consequências da política de saúde nos países subdesenvolvidos sem que ela se converta numa restrição da política econômica. Assim, por trás da formulação técnica da política de saúde há uma colocação financeira e de mobilização de recursos em geral, que indica a vontade real da sociedade de transferir renda neste campo.

Nos países latino-americanos temos verificado que o manejo da questão saúde se faz, em grande parte, para superar determinados problemas específicos, como a tuberculose e a malária. O prolongamento destas políticas específicas termina afetando a orientação dada à formação de capital social para este setor, finalmente introduzindo tendenciosidades que o distanciam, por exemplo, de uma maior mobilização social para enfrentar problemas de desnutrição. Esta interdependência entre aspectos conjunturais e estruturais repete-se adiante em outros setores sociais levando-nos a considerar como hipótese que o perfil das políticas sociais é paulatinamente levado a refletir mecanismos de condicionamento da política que estão na relação entre política social e política econômica e não ao nível de qualquer política social específica.

B. Educação. Para Myrdal a educação é o campo estratégico por definição do processo de transformação social identificado com o desenvolvimento. Mas para chegar a uma colocação como esta é preciso rever o conceito de educação, para registrar as marcas culturais que estão incorporadas nas opções de política e para compreender o sentido de finalidade da política de educação concretamente praticada até o presente.

O sistema educacional é o produto de uma sedimentação de interesses, é funcional à reprodução de poder no plano

político, produz as elites assim como cria as condições para que elas se consolidem. A análise de Myrdal focaliza nos aspectos de transferência de modelos culturais de poder ligados ao colonialismo e no significado político da modernização. Esta aparece, portanto, como um movimento que encaminha novas modalidades de dominação. E a análise social deve explicar o sentido de finalidade e os conteúdos específicos que estão incorporados nela. Não se pode avançar com as propostas de industrialização sem perceber que a expansão industrial cria novas relações de poder que diferem daquelas identificadas com a sustentação das oligarquias. Trata-se, portanto, de encarar a educação como grande mediadora entre estruturas de poder, que transmite as opções de engajamento das pessoas no processo de produção.

Cabe, portanto, avançar em algumas observações sobre o papel da educação como mecanismo de valorização da população. A questão se centra na apropriação das oportunidades de trabalho e dos diferenciais de remuneração que elas oferecem. A progressão do aprofundamento do capital significa uma mudança na composição dos postos de trabalho e da escala de remunerações que correspondem a eles, com as implicações de que (a) as pessoas sejam habilitadas para ocupar postos atualmente melhor remunerados e os postos com melhores perspectivas de remuneração; e (b) as pessoas - incorporadas em alguma modalidade de organização - tenham a capacidade de criar novas oportunidades de trabalho melhor remunerado. Mas a criação de postos de trabalho é comandada por uma racionalidade (do capital) que não contém uma proposta de emprego com maior equidade na distribuição. E a progressão do emprego leva a novos perfis de desigualdade, que são alimentados pelos diferenciais de educação. Este é o mecanismo que atribue à educação uma posição especial de trânsito entre diferentes níveis de capitalização e diferentes níveis de modernidade. Assim, a educação cumpre o duplo papel de dar acesso a novas oportunidades atualmente existentes e de alterar a inserção dos diversos grupos sociais na escala de oportunidades. Este é, em nosso entender, o fundamento de Myrdal para adotar o argumento weberiano de oportunidades como matriz da formação de classes. Essencialmente a educação faz o nexo entre emprego como representação econômica de remuneração e o emprego como expressão de identificação de classes.

No processo do capital nos países latino-americanos a educação desempenha um papel ainda mais importante, porque constitui a ponte entre uma trajetória de convalidação do sistema oligárquico tradicional e de seus desdobramentos e o aparecimento de novas alternativas, consistentes ou precárias, de mudança dos sistemas produtivos. As mudanças na ordem econômica mundial de fins da década de 60 tornaram mais claras as diferenças entre os requisitos de investimento nos recursos humanos. A literatura atual da proposta de análise de Myrdal sugere uma revisão do tratamento da educação no contexto da teoria da mudança ligada ao desenvolvimento.